



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2021.24

Aprova Novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 26 de outubro de 2021, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 19.000000651-5, de 30.04.2019, que foi analisado pela Câmara de Graduação, através do Parecer deste Conselho sob nº 2021.48, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Everson Augusto Krum, Vice-reitor**, em 27/10/2021, às 17:02, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0737718** e o código CRC **5DF00543**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Atos Legais

A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei no 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

Endereço

- Página: <http://portal.uepg.br/>
- Fone: (42) 3220-3000
- Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.
- Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná
Telefones: (42) 3220 3000 e (42) 3220 3300 Fax: (42) 3220 3233
Correio eletrônico: uepg@uepg.br
Página na WEB: www.uepg.br

Perfil e Missão da IES

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Sigla: UEPG

Código de Identificação no MEC: 730

Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Organização Acadêmica: Pública Estadual

Endereço Sede Administrativa – Reitoria: Avenida Carlos Cavalcanti, n. 4748, Bairro de Uvaranas Campus Universitário – CEP: 84.030-900 Ponta Grossa – Paraná

A finalidade que justifica a existência da UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- exercer profissões de nível superior;
- praticar e desenvolver ciência;
- valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais; exercer a cidadania;
- refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;



- contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

De modo sintético, pode-se expressar a missão da Universidade da seguinte forma: A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.

Dados Socioeconômicos da Região

A UEPG vem desempenhando, desde a década de 1960, o papel de polo irradiador de conhecimento e de cultura da região centro-sul do Paraná desenvolvendo o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Ponta Grossa é um município paranaense distante 117,70 km da capital Curitiba, com uma população de aproximadamente 317 mil habitantes, IDH-M de 0,804, e densidade demográfica de 156,66 hab/km². É o núcleo de uma das regiões mais populosas do Paraná: Campos Gerais do Paraná que tem uma população de mais de 1.100.000 habitantes (IBGE/2012) e o maior parque industrial do interior do estado.

A cidade, também conhecida como “Princesa dos Campos Gerais”, é a 4^a (quarta) mais populosa do Paraná e 76^a (septuagésima sexta) do Brasil. A área de influência da UEPG se estende por vários municípios paranaenses. Grande parte das comunidades pertence às microrregiões dos Campos Gerais e dos Campos de Jaguariaíva, vasta superfície de estepes por onde adentrou o Paraná a civilização Tropeira, através do caminho das tropas, que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP). A invernada de bois e muares das tropas marcou fortemente a economia desse espaço geográfico desde os séculos XVII e XIX até a chegada das ferrovias, na virada do século. A partir daí, a excepcional posição geográfica de suas cidades passou a permitir o desenvolvimento de atividades industriais, alimentadas pelo sistema de transportes, que transformou Ponta Grossa, Jaguariaíva, Irati e União da Vitória em polos industriais de certa monta, o que ainda hoje se reflete na vitalidade do setor secundário nesses municípios.

É reconhecida a importância do polo agroindustrial de Ponta Grossa (esmagemento de soja, moinhos de trigo, fábricas de cerveja, de massas alimentícias, além de um forte segmento metalomecânico). Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti concentram significativo percentual das indústrias brasileiras de papel e papelão, a primeira já desde 1940. Sendo a transformação industrial fortemente vinculada ao processamento direto de produtos da agricultura e da silvicultura, parece evidente a alavancagem do setor primário regional, locus, hoje, de importantes pesquisas relacionadas a técnicas agrícolas adequadas aos solos estépicos regionais (Embrapa, Iapar, Fundação ABC) e ao desenvolvimento da silvicultura (estas, especialmente patrocinadas pelas grandes papeleiras, como Pisa, Inpacel e Klabin). Em ambos os casos, a grande extensão de terras da região, aliada à necessidade de obtenção de oferta firme e constante, tem levado a uma “industrialização da agricultura” e da silvicultura.

Já a região sul se caracteriza pela agricultura colonial inaugurada pela imigração polonesa e ucraniana, exercida em propriedades de pequena extensão. Tradicional fornecedora de erva-mate aos mercados mundiais desde meados do século XIX até a década de 1930, a região voltou-se, após a Depressão, à exploração das matas de Araucária. A maneira predatória com que foi exercida essa atividade acarretou estagnação econômica a partir dos anos 1960, restando hoje uma indústria madeireira, em União da Vitória e adjacências, voltada a produtos de maior valor agregado, como esquadrias e móveis de madeira. Também na região sul são desenvolvidas atividades papeleiras, porém de menor porte em relação às da região campestre. Um importante polo cerâmico vem se desenvolvendo nas últimas décadas no triângulo Ibituva-Guamiranga-Prudentópolis.

Em ambas as mesorregiões, destacam-se a atividade da pecuária leiteira e da indústria de laticínios (Carambeí, Castro, Palmeira e Irati), calcada em cooperativas de produtores e desenvolvida em moldes tecnicamente avançados. Fortes laços culturais ligam o centro e o sul paranaenses, desde primórdios do século XX, quando a ferrovia inaugurou



Ponta Grossa como capital regional, transformando-a de “capital da poeira” em fornecedora de bens e serviços para o interior paranaense.

O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada e barata, com a presença marcante da UEPG. Algumas das plantas industriais instaladas em Ponta Grossa são: Monofil, LP Masisa, Braslar Eletrodomésticos, Makita, Cervejarias Heineken, Continental, Tetra Pak, Beaulieu do Brasil, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus Commodities, Nidera, Brasil Foods, CrownCork Embalagens, entre outras, principalmente do ramo moageiro-alimentício. Na região do Distrito Industrial também está instalado o armazém graneleiro da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o maior complexo armazenador de grãos do Brasil, com capacidade estática para 420 mil toneladas.

Atualmente, mais um Complexo Industrial está se desenvolvendo na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão. Em 2013 foi inaugurada a DAF/PACCAR Caminhões, sendo esta a primeira fábrica de caminhões da marca na América Latina; e em 2016 foi inaugurada a fábrica da AmBev Cervejaria.

O município de Ponta Grossa, por meio da união de esforços de grande grupo de gestores como Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial – ACIPG, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa – CDESPONTA, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, dentre outros, está implantando o Parque Eco Tecnológico de Ponta Grossa[1], e, na UEPG, está em andamento (UEPG Notícias, 2017) a consolidação da Incubadora de Projetos Inovadores (Inprotec) da UEPG.

Este novo cenário que se apresenta por meio da crescente industrialização motivou a UEPG ao desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação desencadeadas pelos cursos de Graduação (Bacharelado) em Geografia, Física, Matemática Aplicada, Química Tecnológica, Engenharia Civil, Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Alimentos, e Engenharia de Computação; e cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências (Física), Geografia, Engenharia e Ciências de Materiais, e Química; e cursos de Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Engenharia Sanitária e Ambiental, e Química Aplicada.

A formação de profissionais em nível superior nessas áreas do conhecimento e as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu contribuem para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico necessário para o crescimento desse segmento tão importante para municípios Campos Gerais, bem como para o Estado do Paraná.

Salienta-se que o equilíbrio na geração de riquezas no Paraná entre os setores Agrícola e Industrial depende, fundamentalmente, das IES e institutos de Pesquisas. Nesse contexto, a UEPG vem contribuindo, mas tem muito mais a acrescentar para o Estado, por meio de ações da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual (AGIPI) com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Associação Comercial do Paraná e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG).

Na área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da mesorregião centro-oriental do estado do Paraná. A UEPG, desde antes da sua criação, ainda como faculdades isoladas, já tinha tradição na área de saúde, com os cursos de Farmácia, Educação Física e Odontologia. A vocação da UEPG na área de saúde e biológicas é demonstrada pela formação de recursos humanos de excelência nos cursos de graduação em Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia. Essas áreas têm diversas atividades de ensino, pesquisa e inovação, por meio dos cursos de Mestrados e Doutorados em Ciências Farmacêuticas e Odontologia, Mestrados em Ciências Biomédicas e Ciências da Saúde. Adicionalmente, há o Mestrado em Biologia Evolutiva, que possui



interface bastante estreita com a área da saúde. Essa área também teve, nos últimos anos, forte inserção na pós-graduação Lato Sensu, sobretudo, após o Hospital Regional dos Campos Gerais se tornar universitário, sob responsabilidade da UEPG. Nesse contexto, destacam-se as Residências Médicas (Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Medicina da Família, Neurologia e Radiologia), Multiprofissional (Atenção à Saúde Neonatal, Intensivismo, Reabilitação e Saúde do Idoso) e Uniprofissional (Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilofacial, e Enfermagem Obstétrica). A área de Saúde da UEPG também tem experiência na formação de recursos humanos em nível de especialização em Odontopediatria e Ortodontia, e mais recentemente, em Hemoterapia.

Dessa forma, considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, as carências e necessidades da população em termos de saúde, justificadas pelos baixos valores de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de algumas cidades atendidas justificam os cursos de Pós-Graduação citados para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento regional. Além da projeção regional, a área de saúde da UEPG tem se destacado pela atração de pós-graduandos de vários países da América Latina.

A formação de professores para atuação na Educação Básica, desde 1950, atende as áreas de Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Educação Física, além do curso de Licenciatura em Computação, implantado em 2017, e do curso de Licenciatura em Filosofia aprovado institucionalmente e submetido à apreciação da SETI para autorização de funcionamento. Os cursos de Licenciatura da UEPG vêm desenvolvendo um trabalho coletivo reconhecido nacionalmente pelo caráter inovador das ações da Comissão Permanente das Licenciaturas – COPELIC e dos Programas voltados à formação docente como o PIBID. Projetos e atividades extensionistas voltados à melhoria do Ensino Básico e a formação inicial e continuada de professores são desenvolvidos pelos professores da Instituição.

Soma-se a isso, há a contribuição expressiva dos cursos (acadêmicos) de Mestrados e Doutorados em Ciências (Física), Educação, Geografia e Química; Mestrados (Acadêmicos) em Ensino de Ciências e Educação Matemática, e Estudos da Linguagem; e dos Mestrados Profissionais em Ensino de Física, História e Matemática. Ainda, há forte inserção dos cursos Lato Sensu voltados ao público da licenciatura, sobretudo, mediante oferta de cursos de Especialização a distância em (i) Educação Física Escolar; (ii) Filosofia para o Ensino Médio; (iii) História Arte e Cultura; e (iv) Sociologia para o Ensino Médio.

Portanto, a UEPG desempenha sólido papel na formação de licenciados em nível de graduação, especialização à distância, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado para atuação na Educação Básica e Educação Superior, sendo importante polo qualificação profissional, de fomento e irradiação de pesquisas e inovações na área educacional.

As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais e Aplicadas defendem a perspectiva da interdisciplinaridade na construção do saber científico, dada a própria complexidade dos fenômenos da vida social. A atuação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, e dos Mestrados em Economia e Jornalismo em uma das áreas de menor IDH do Estado do Paraná, demanda à UEPG a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão desta realidade, com o objetivo de subsidiar intervenções possíveis que conduzam à elevação dos padrões de justiça e inclusão sociais.

As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais Aplicadas também se destacam na formação de recursos humanos em nível de Especialização (a distância e presencial), com destaque para (i) Gestão de Eventos e Cerimonial Público e Privado; (ii) Gestão em Saúde; (iii) Gerontologia; (iv) Gestão Pública; (v) Gestão Pública Municipal; (vi) Direto e Processo Administrativo; e (vii) Direito Penal e Prática Forense Penal.

A UEPG já participou da política de fundação de campi avançados, chegando a estar, não exatamente no mesmo período, em seis conjuntos universitários diferentes fora da sede. Nas instalações fora da sede, em face da demanda limitada, têm sido ofertados



curso diversos de forma rotativa, de maneira a não saturar o mercado de trabalho local e regional. Atualmente, somente o campus de Telêmaco Borba está ativo.

Outro aspecto da inserção da UEPG, que remete ao contexto estadual e nacional, se dá por meio da Educação a Distância, iniciado com o Curso Normal Superior com Mídias Interativas, integrante do Programa Estadual de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O aparato tecnológico montado para essa atividade levou à criação, na UEPG, do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância – NUTEAD, o qual vem se expandindo com a oferta do ensino na modalidade a distância de cursos de Graduação, Pós-graduação e formação continuada de professores, em parceria com o MEC, a SEB, UAB e a SEED, e – mais recentemente – com projetos e atividades extensionistas. Em 2017, foram ofertadas 2620 vagas, distribuídas em 9 (nove) cursos de graduação à distância: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras Português/Espanhol, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Computação, e Tecnólogo em Gestão Pública.

Os cursos de Licenciatura em Computação e de Tecnologia em Gestão Pública tiveram a primeira oferta em 2017. O curso de Tecnologia em Gestão Pública foi criado para atender uma solicitação da SETI, considerando a necessidade de formação em nível superior dos servidores públicos do Estado do Paraná, e cujo projeto foi submetido a Edital de financiamento junto a órgãos de fomento.

A área de abrangência do ensino de graduação à distância espalha-se em todas as regiões o estado do Paraná além dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

Os 45 municípios envolvidos atualmente no ensino de Graduação e Pós-Graduação a distância na UAB no Paraná são: Apucarana, Arapongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Campo Largo, Cândido de Abreu, Cerro Azul, Colombo, Congonhinhas, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Diamante do Norte, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Flor da Serra do Sul, Goioerê, Ibaiti, Ipiranga, Itambé, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lapa, Laranjeiras do Sul, Nova Santa Rosa, Palmeira, Palmital, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pinhão, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Prudentópolis, Reserva, Rio Negro, São Mateus do Sul, Sarandi, Siqueira Campos, Telêmaco Borba, Uiratã e Umuarama. Em São Paulo, tem-se mais 4 municípios: Araras, Jaú, São João da Boa Vista e Tarumã, e em Santa Catarina, tem-se o município de Florianópolis.

Breve Histórico Da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06/11/1969, publicada em 10/11/1969, e do Decreto nº 18.111, de 28/01/1970. Trata-se de uma das mais importantes instituições de Ensino Superior do Paraná, resultante da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual nº 8.837, de 08/11/1949, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 32.242, de 10/02/1953; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 921, de 16/11/1952, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30/11/1956, posteriormente desmembrada em Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei nº 5.261, de 13/01/1966; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2.179, de 04/08/1954, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/1961; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 03/66, de 12/01/1966, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 69.697, de 03/12/1971.

A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público, reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/1973 que, simultaneamente, aprovou seu



Estatuto, Regimento Geral e Plano de Reestruturação. O início das atividades da UEPG foi assinalado pela posse do professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor, e do professor Odeni Villaca Mongruel, no cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Governador na época, Dr. Paulo Cruz Pimentel, conforme Decreto nº 20.056, de 06/05/1970. A organização didática da Universidade é estruturada em Departamentos que se agrupam em 6 (seis) Setores de Conhecimento. São eles: Setor de Ciências Exatas e Naturais – SEXATAS (I), Setor de Ciências Agrárias e Tecnológicas – SCATE (II), Setor de Ciências Biológicas e da Saúde – SEBISA (III), Setor de 16 Ciências Sociais e Aplicadas – SECISA (IV), Setor de Ciências Humanas Letras e Artes – SECIHLA (V) e Setor de Ciências Jurídicas – SECIJUR (VI). Os Setores de Conhecimento proporcionam, através dos Departamentos, o ensino, a pesquisa e a extensão. A organização didático pedagógica da instituição compreende os seguintes cursos: cursos de Graduação: Bacharelado e Licenciatura, nas modalidades presencial e a distância, abertos a matrícula de candidatos com ensino médio completo ou curso equivalente, classificado em processo seletivo; cursos de Pós-Graduação stricto sensu: compreende cursos de Mestrado e Doutorado, abertos a matrículas de diplomados em curso de Graduação que atendam as exigências legais de cada programa ou curso; cursos de Pós-Graduação lato sensu: compreende cursos de especialização abertos a matrícula de candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam as exigências legais de cada programa ou curso; cursos de extensão: compreende cursos de atualização e aperfeiçoamento abertos à matrícula de candidatos que satisfaçam aos requisitos exigidos em cada caso. É com base nessa composição de cursos que as diretrizes didático pedagógicas da UEPG estão sendo desenvolvidas, tendo como referência central as políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no PPI. Quanto às inovações consideradas significativas na instituição destacam-se as reformulações curriculares dos cursos de Graduação, os Programas de incentivo a docência e a formação continuada de professores, a atuação da comissão das licenciaturas, a autoavaliação dos cursos de Graduação por docentes e acadêmicos, a avaliação dos cursos de Graduação pelos egressos a participação de cursos em processos de Acreditação do Mercosul, a ampliação de Programas e Projetos de Extensão, a criação de novos cursos de Pós-Graduação na modalidade stricto sensu, a ampliação de pesquisas e Grupos de Pesquisa, e os convênios com IES internacionais para mobilidade estudantil. Em nível de graduação universitária, a UEPG oferta 38 (trinta e oito) cursos de Graduação na modalidade presencial. Os 25 (vinte e cinco) cursos de Bacharelado são: Administração Matutino, Administração Noturno, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais, Farmácia, Física, Geografia, História, Informática, Jornalismo, Medicina, Odontologia, Química Tecnológica, Serviço Social, Turismo e Zootecnia. Os 13 (treze) cursos de Licenciatura ofertados são nas áreas de: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, Letras Português/Espanhol, Letras Português/Francês, Letras-Português/Inglês, Química, História, Matemática, Música e Pedagogia. Na modalidade a distância, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB estão atualmente ofertados os cursos de: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras Português/Espanhol, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História e Licenciatura em Pedagogia. Além de cursos de Pós-Graduação lato sensu, ofertados conforme a demanda, a UEPG na modalidade stricto sensu conta com Programas de Pós-Graduação sendo 18 (dezoito) em nível de Mestrado e 7 (sete) em nível de Doutorado. Os Mestrados ofertados são nas áreas de: Agronomia, Bioenergia, Ciências Biológicas, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências (Física), Ciências Farmacêuticas, Ciências Sociais Aplicadas, Computação Aplicada, Educação, Engenharia e Ciências dos Materiais, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, História, Jornalismo, Linguagem, Identidade e Subjetividade, Matemática (Mestrado Profissional em Rede), Odontologia e Química Aplicada. Os Doutorados ofertados são nas áreas de Agronomia, Ciências (Física),



Ciências Sociais e Aplicadas, Educação, Geografia, Odontologia, Química. Com seus campi distribuídos por Ponta Grossa, Castro, Telêmaco Borba, Jaguariaíva, São Mateus do Sul, a UEPG abriga atualmente um contingente de mais de 17 mil pessoas, entre estudantes, professores e servidores. Soma-se a isso uma infraestrutura que anualmente vem sendo ampliada com vistas às necessidades curriculares dos 6 (seis) Setores de Conhecimento da Instituição. A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais vem atuando em projetos, serviços, cursos, atividades e Programas de Extensão e de Cultura nos seguintes municípios paranaenses: Adrianópolis, Antonio Olinto, Arapoti, Bituruna, Carambeí, Castro, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Imbaú, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pato Branco, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Porto Vitória, Reserva, Rio Azul, São João da Boa Vista, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Sengés, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Toledo, União da Vitória, Wenceslau Brás. Também participa do Programa RONDON em municípios de outros estados brasileiros. A UEPG tem atualmente convênio firmado com 37 (trinta e sete) instituições estrangeiras para desenvolvimento de atividades de intercâmbio de professores e estudantes, de Graduação e Pós-Graduação, em Programas internacionais. (Fonte: PDI/UEPG - 2013-2017)

DADOS SOBRE O CURSO

Nome do Curso: CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Habilitação/Grau:

Bacharelado () Licenciatura () Tecnólogo

Modalidade de Ensino:

Presencial () A Distância

Local de funcionamento do Curso: campus Central para os turnos matutino e noturno

Turno de Funcionamento:

Matutino () Vespertino
() Integral (X) Noturno *

* OBS: Para a oferta do curso no turno NOTURNO, está sendo negociado junto à reitoria e ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas as condições estruturais e de pessoais necessárias ao funcionamento do curso. Já existe a pré-disponibilização de duas salas para as séries iniciais (que se concretizarão com a aprovação deste projeto) e da mesma forma a reitoria informou que buscará viabilizar a contratação de professores conforme as séries forem sendo implantadas. Outras salas estarão sendo viabilizadas conforme as séries foram sendo implantadas com apoio da reitoria e proplan.

Enfatiza-se que, embora o curso seja ofertado nos períodos matutino ou noturno, algumas atividades poderão ser desenvolvidas em turno diverso do curso, como atividades de estágio e supervisão de estágio, disciplinas de diversificação e aprofundamento, orientação do TCC e atividades de extensão ligadas a curricularização da extensão. Esta informação deverá constar na divulgação dos processos seletivos para o curso.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2021.24

FL. 8 DE 71

Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
Formação Básica Geral	578
Formação Específica Profissional	1445
Prática enquanto componente curricular	N/A
Diversificação ou Aprofundamento	204
Estágio Curricular Supervisionado	408
Atividades Complementares	200
Extensão enquanto componente curricular*	323
Carga Horária Total do Curso	3.158

Tempo de duração do curso:

Mínimo: 4 anos Máximo: 6 anos

Ano da Primeira Oferta: 1974

Atos Legais:

Criação: Resolução 15 de 14 de dezembro de 1973

Reconhecimento: Decreto Federal 82.413 de 16 de outubro de 1978

Renovação de reconhecimento: Decreto Est. nº. 5841, de 03.01.17 DOE nº 9856 de 03.01.17

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

Campus universitário: Central

Setor: Ciências Sociais Aplicadas

Departamento: de Serviço Social

Contato (42) 3200-3387 (43) 32003357 deservi@uepg.br colegsocial@uepg.br

Número de Vagas Ofertadas:

Total:	
Matutino	44
Noturno	35 *

* a justificativa das 35 vagas no curso noturno está relacionado à acomodação dos acadêmicos, visto que as salas que poderão estar disponíveis não comportam adequadamente um público maior. Da mesma forma o currículo foi pensado de forma a ter condições mínimas de estudantes que trabalham viabilizem condições de estágio (com ofertas mais limitadas em horários alternativos ao comercial), participação na extensão e demais atividades extracurriculares.

Conceitos do Curso:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	(Ano)	(Conceito)
Conceito ENADE	2018	3



Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

ANO	TURNO	VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES			RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA		
			Inverno	Verão	PSS	Inverno	Verão	PSS
2016	M	44	125	170	62	7,353	10,625	5,636
2017	M	44	105	114	50	6,176	7,125	4,545
2018	M	44	127	111	55	7,471	6,938	5,000
2019	M	40	131	133	96	7,706	8,13	8,727
2020	M	44	*	99	135	*	3,00	12,273

* realizado vestibular único devido Pandemia Covid-19

Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
Titulação: Doutora	
Portaria de designação: Portaria R. nº 2021.210. Período de 03/04/2021 a 02/04/2023	
Formação Acadêmica: Assistente Social	
Graduação	Serviço Social, UEPG-1985
Pós-Graduação	Mestre em Serviço Social, PUC/São Paulo, 2000 Doutora em Serviço Social, PUC/São Paulo, 2005
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	20
Regime de trabalho do coordenador do curso	Tide
Tempo de exercício na IES	15 anos
Tempo na função de coordenador do curso	3 meses

2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Luiza Bittencourt Krainski	Dr ^a .	Tide	Portaria R. nº2021.210.
Jussara Ayres Bourguignon	Dr ^a .	Tide	Portaria SECISA - Nº 2020.26
Roseni Inês Marconato Pinto	Dr ^a .	Tide	Portaria SECISA Nº 2021.13
Reidy Rolim de Moura	Dr ^a	Tide	Portaria SECISA - Nº 2021.7

2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Maria Iolanda de Oliveira	Ms	Tide	Portaria SECISA nº 2021.6 de 1º de abril



			de 2021
Cleide Lavoratti	Dr ^a	Tide	Portaria SECISA nº 2021.6 de 1º de abril de 2021
Silmara Carneiro e Silva	Dr ^a	Tide	Portaria SECISA nº 2021.6 de 1º de abril de 2021
Edina Shimanski	Dr ^a	Tide	Portaria SECISA nº 2021.29 de 09 de julho de 2021
Danuta Estrufika Cantóia Luiz	Dr ^a	Tide	Portaria SECISA nº 2021.28 de 09/08/2021

2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Ano	Alunos ingressantes matriculados	Alunos efetivamente formados	Relação formados/ingressantes
2014	41	39	0,95
2015	44	31	0,70
2016	44	39	0,88
2017	45	35	0,77
2018	44	30	0,68
2019	43	29	0,67
2020	40	26	0,65

Dados: Proplan

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

Apresentação do Curso

O Curso de Serviço Social foi criado no ano de 1973 (Resolução nº. 15 de 14/12/73) iniciando oficialmente as atividades acadêmicas no ano de 1974 e sendo reconhecido em 1978 pelo Decreto Federal nº. 82.413 de 16/10/78 e desenvolveu suas atividades vinculado ao Departamento de Educação até o ano de 1987.

Com um corpo docente composto por assistentes sociais, a trajetória inicial do curso, no processo de formação dos discentes, se deu motivada pela profissionalização.

Ressalta-se que, no final da década de 1970 e início de 1980, começa uma incipiente busca de renovação e de coerência com as transformações que a profissão vinha projetando no país. Esse posicionamento trouxe, para o interior do Curso, uma reflexão voltada à formação profissional, frente aos desafios impostos pela realidade social em que se efetuava sua ação. Discutia-se, então, a estrutura curricular, o conteúdo programático das disciplinas, as relações pedagógicas que já não atendiam às exigências que a prática profissional vinha demandando, o engajamento nos movimentos populares, bem como a participação na rearticulação das organizações da sociedade civil (KRAINSKI, 1990 apud SCHEFFER e SILVA, 2019).

Sendo assim, no ano de 1985 pela Res. CEPE Nº 01 de 15/01/1985 o Curso, contando "Com uma equipe renovada, tanto em termos de qualificação dos docentes quanto de novos membros..." (SCHEFFER e SILVA, 2019, p.1) passou a ser ofertado com a implantação de um novo currículo e com a duração de 4 anos, nos períodos diurno e noturno.

No ano de 1987 pela Resolução C. A. nº. 116 de 21/08;87 foi criado o Departamento de Serviço Social, tendo este uma estrutura técnico-administrativa própria, com maior poder de decisão. (KRAINSKI, 1990).



A oferta do curso no período noturno se deu até início da década de 1990, quando então passou a ser ofertado somente no período matutino. Também, a partir de 1990, o curso passou a ofertar Pós-graduação Lato Sensu em diversos temas voltadas ao Serviço Social e a ação profissional e em 1999 o curso investiu na Pós-graduação Stricto Sensu, participando efetivamente da implantação do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e do Doutorado em 2012, representando um compromisso com a produção do conhecimento. (SCHEFFER e SILVA, 2019, p.2)

De 2003 a 2015 o curso foi ofertado em período integral e a partir do ano de 2016 passou a ser ofertado no período matutino. Atualmente o Curso é ofertado no período matutino, com a duração de 04 anos cujos docentes atuam no processo de formação qualificar e preparar os discentes para o exercício profissional, no sentido de que como assistentes sociais sejam capazes de “atuar e participar no desenvolvimento local, regional e nacional. (SCHEFFER e SILVA, 2019, p.3)

Para além da graduação, o corpo docente atua também no Programa de Ciências Sociais Aplicadas – Mestrado e Doutorado, nas 05 Residências Multiprofissionais desenvolvidas no HURCG – Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, bem como oferta e colabora com disciplinas nos Cursos de Farmácia e Medicina e atua em diversas capacitações de diferentes áreas, solicitadas pelo Governo do Estado.

No ensino a distância – EAD, o Curso no ano de 2018 foi também responsável, pelas especializações de Gestão em Saúde - EAD, o qual irá para a sua 5ª edição, e pelo curso Gestão Pública na modalidade à distância - 2ª edição, com ênfase em: Sistema Único da Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania e Planejamento e Avaliação de Políticas Sociais – Residência Técnica (SCHEFFER e SILVA, 2019, p.2)

Em sua trajetória de 45 anos o Curso na graduação formou em torno de 1.400 profissionais e atuou no processo de formação e atualização de muitos profissionais por meio das pós-graduações Lato e Stricto Sensu.

Articulado ao PPI - Projeto Pedagógico Institucional, o Curso destaca-se e é reconhecido institucionalmente pelas várias atividades que desenvolve em consonância com “a perspectiva da interdisciplinaridade na construção do saber científico” (PPI, p.9) considerando a complexa dinâmica da realidade social e o contexto social no qual a Instituição está inserida.

Desta forma, a partir dos princípios que norteiam as atividades desenvolvidas na UEPG “ a democracia, o laicismo, o respeito a pluralidade de ideias, a diversidade política, cultural e científica.” (PPI, p.11) e técnico-metodológicos que se orientam “pelo rigor científico e pela interdisciplinariedade que possibilitam a reflexão crítica sobre a produção do conhecimento, bem como sua utilização na sociedade” (PPI, p.11) o Curso de Serviço Social contempla as Políticas do Ensino, de Extensão e de Pesquisa da UEPG na medida em que desenvolve:

- . O estágio curricular I (18 Campos ofertados no ano de 2018) e II (28 Campos ofertados no ano de 2018)

- . A extensão universitária com a proposição e participação dos docentes na coordenação e execução de 02 programas e em torno de 15 projetos extensionistas envolvendo os seus discentes e discentes de outros cursos;

- . A pesquisa (05 projetos de pesquisa; 03 pesquisas continuadas) a qual tem profícua produção com abordagem de temáticas relevantes à realidade social que se consolida na publicação em revistas científicas (15 Artigos Completos Publicados em Periódicos – 2018), ressaltando-se a Revista Emancipação que é do Departamento e 26 livros (05 no ano de 2018 e 21 em anos anteriores; 13 Capítulos de Livros Publicados no ano de 2018); bem como envolve docentes e discentes na produção de resumos expandidos que são publicados em anais de congressos, na apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos e científicos, na organização de eventos/congressos/oficinas/exposições/feiras, e na participação em eventos/congressos.



Destaca-se assim, que os aspectos constantes no PPI são contemplados e se efetivam no estreitamento da relação professor-aluno na troca de saberes e de experiências entre diferentes áreas de formação profissional, no amadurecimento pessoal e profissional dos acadêmicos (as) envolvidos (as) e na sistematização e democratização do conhecimento.

Justificativa

Considerando que:

□□O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela lei nº. 8662 de 07.06.1993. Sua ação é de caráter interventivo na realidade das questões sociais expressas na sociedade contemporânea que rebatem na seguridade social, seja individual e/ou coletiva.

□□O assistente social é um profissional preparado com uma sólida formação teórico – metodológica que o capacita a apreender a realidade social e a propor uma adequada intervenção numa perspectiva de defesa dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e da democracia aos usuários dos serviços.

□□O mercado de trabalho é bastante diversificado, englobando a área pública das políticas sociais e dos serviços sociais, bem como a área empresarial, das organizações não governamentais e outras, onde atua elaborando, implementando, coordenando, executando e avaliando programas e projetos de Serviço Social.

□□no decorrer dos anos a profissão foi se legitimando na formação de profissionais atuantes e participativos na realidade social do município, da região, bem como de outros estados.

□□o processo de descentralização das políticas sociais públicas com ênfase no local e no regional têm requisitado novas funções e competências no que diz respeito à formulação, planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas.

Verifica-se que a atuação do profissional de Serviço Social “trabalhando com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.” (IAMAMOTO, 2001 apud CFESS, 2012, p. 60) impacta na vida dos sujeitos e amplia sua intervenção no desenvolvimento da sociedade, com vistas de que a garantia dos direitos seja assegurada.

Outrossim, na conjuntura nacional atual, as transformações no mundo do trabalho e as constantes alterações no conjunto das políticas públicas significativamente rebatem na vida da população e de segmentos societários vulnerabilizados pelas condições econômicas, repercutindo na realidade local e regional e ampliando expressivamente as demandas e necessidades sociais.

Portanto, requisita-se do profissional amplo conhecimento da realidade social e se põem novas exigências de qualificação para atuar nos diferentes espaços sócioocupacionais configurados pelas mudanças macroscópicas. Com isso as demandas são alteradas e os profissionais são solicitados a atuar propositivamente no desenvolvimento de ações efetivas implantando e implementado programas, projetos e serviços, bem como “nos níveis de planejamento, assessoria, representação, analistas de recursos humanos etc...” (IAMAMOTO, 2001 apud CFESS, 2012, p. 61)

Desta forma, o curso de Serviço Social busca na formação de assistentes sociais, capacitá-los para atuar e participar no desenvolvimento local, regional e nacional, afim de que inseridos nas instituições governamentais e não governamentais estejam preparados e aptos a planejar, implementar, monitorar e avaliar diversas políticas públicas, tais como; assistência social, saúde, previdência social, educação, trabalho, segurança alimentar, meio ambiente, entre outras, voltadas a família, a criança e ao adolescente, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, ao doente mental, à mulheres vitimizadas pela violência, negros, migrantes etc...



Destaca-se que a oferta do Curso se dá pela importância que regionalmente os profissionais já formados, inseridos nas diferentes instituições, entidades e órgãos têm conquistado o reconhecimento, assumindo a gestão de políticas públicas como Secretários(as) Municipais em diversos municípios, têm se destacado também no âmbito legislativo como representantes nas Câmaras Municipais e participado ativamente nos espaços de discussão e deliberação como Conselhos, Conferências, Fóruns, Audiências Públicas seja como conselheiros(as), conferencistas e/ou representantes da categoria profissional demarcando e fortalecendo o compromisso, a seriedade e a qualidade com que o Curso de Serviço Social é desenvolvido.

Referências

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS, 2012. p. 33-75.
SILVA, S. C. e SCHEFFER, S. M. 45 anos do Curso de Serviço Social UEPG. Emancipação, 19(1), 1-4, 2019.

Objetivos

Objetivos Gerais

Viabilizar a formação de profissionais críticos com capacidade teórica e metodológica para compreender a dinâmica societária e as demandas colocadas para a profissão em diferentes contextos históricos;

Formar profissionais críticos e competentes para atuar nas políticas sociais, nos sistemas de justiça, nas organizações da sociedade civil e nos espaços empresariais;

Estabelecer processos de formação profissional que desenvolva a capacidade técnica de planejar e operacionalizar políticas sociais, especialmente no campo da seguridade social;

Formar profissionais com capacidade para planejar e executar estudos sociais, perícias e laudos técnicos na área social;

Estimular a identificação e compreensão das demandas presentes na realidade, visando à formulação de respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;

Estabelecer processos de formação de um profissional comprometido com o projeto ético-político da profissão;

Formar profissionais com capacidade investigativa como uma das dimensões da prática profissional.

Os objetivos gerais se efetivam através de um conjunto de etapas, tendo por referência os objetivos específicos que aqui apresentaremos por ano:

1ª série:

Formação básica sobre a dinâmica societária e os campos de intervenção do Serviço Social. Compreender o surgimento da profissão e as demandas sociais que se colocam como objetos de intervenção do serviço social. Dar formação geral sobre metodologia científica, redação e uso da estatística na área social. Compreender a relação entre Estado e a sociedade brasileira.

2ª série:

Dar formação sobre cidadania, direitos sociais e políticas sociais. Compreender a dimensão ética, técnica e política da profissão do assistente social. Compreender a relação teórico-metodológica para a prática profissional.

3ª série:

Dar fundamentos teórico-metodológicos da intervenção profissional do assistente social. Compreender a atuação do serviço social nas políticas de seguridade social e nas organizações da sociedade civil. Inserir o acadêmico nos campos de atuação do serviço social através de estágio curricular obrigatório. Desenvolver a capacidade investigativa e a prática da pesquisa científica.



4ª série:

Formação técnico operativa ao acadêmico para atuar nos diferentes campos das políticas sociais, organizações da sociedade civil.

Perfil Profissional do Egresso

Segundo as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Diretrizes Curriculares recomendadas pela ABEPSS e MEC/SESu (2001), a organização do Curso de Serviço social da UEPG pauta-se pelos seguintes princípios:

Rigorous tratamento teórico, metodológico e histórico da realidade social e do Serviço Social que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo e produção da vida social.

Flexibilidade e dinamicidade do currículo, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, laboratórios e atividades complementares.

Estabelecimento da dimensão investigativa e interpretativa com princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.

Compreensão da ética como princípio formativo que perpassa toda a formação profissional.

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Permanente integração a universidade e sociedade, estimulando o enraizamento do curso na realidade local/regional e abrindo canais de comunicação com a sociedade civil organizada.

Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.

Reconhecimento do acadêmico como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, incentivando o desenvolvimento da sociabilidade e criatividade, de competências cognitivas e habilidades operativas profissionais.

Necessária indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional nas atividades desenvolvidas no estágio curricular.

Sendo assim, em relação ao perfil dos formandos do curso, este deve estar pautado num profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Campos de Atuação

O profissional de Serviço Social apreendendo a realidade social atua na perspectiva da defesa dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e da democracia aos usuários dos serviços, formulando, executando e avaliando políticas sociais que visam a promoção, defesa, proteção e ampliação da justiça social.

Constituem-se como espaços de sua atuação: assistência social, saúde, previdência social, educação, justiça, habitação, entre outros. E campos de trabalho organizações públicas, organizações não governamentais, empresas privadas, organizações sociais, movimentos sociais.

A articulação e estratégias para ampliação do campo profissional se dá em conjunto com as organizações ligadas a profissão, como CRESS – Conselho Estadual de Serviço Social e CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, que já possuem ações específicas para tal.



Integração Graduação e Pós-Graduação

A integração entre a graduação e a pós-graduação, *stricto* e *lato sensu*, ocorre através da promoção conjunta de Eventos Científicos, Participação em Núcleos e Projetos de Pesquisa, desenvolvidos por professores do Departamento e com participação dos discentes e profissionais da área. Também ocorre na elaboração de artigos e outros documentos científicos, publicados na Revista *Emancipação*, editada pelo Departamento de Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, bem como em livros, eventos e outros meios de divulgação. O Departamento de Serviço Social teve ainda participação direta na criação e manutenção do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, coordenado em diversas gestões por docentes ligados a este Departamento, docentes do Mestrado e Doutorado também atuam na graduação em Serviço Social. Ainda é frequente os estudantes de Programas de Pós-Graduação realizam estágio de docência no Curso de Serviço Social.

O Departamento de Serviço Social, tem longa tradição na oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*, como os de Política Social, Política de Atendimento a Criança, Família e Adolescente e Saúde Coletiva.

Ressalta-se que nos últimos anos professores do Departamento de Serviço Social que atuaram na coordenação de cursos de Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade à distância, fazendo parte do programa UAB- Universidade Aberta do Brasil, bem como, há professores que ministram aulas nestes cursos.

Também cabe destacar a participação dos professores, com envolvimento de alunos de graduação nas atividades junto às residências técnicas que estão em andamento na UEPG, tais como a Residência Técnica em Gestão Pública e a Residência Técnica em Saúde.

Programas de Pós-Graduação que se relacionam com o curso;

. Residências Uniprofissionais e Multiprofissionais – HURCG (Pós-Graduação – *Lato Sensu*).

. Mestrado e Doutorado (Pós-Graduação – *Stricto Sensu* em Ciências Sociais Aplicadas).

Número de professores atuando graduação

06 professores-associados

06 professores-adjuntos

02 professores-assistentes

09 professores colaboradores

Número de professores atuando na pós-graduação

14 professores entre a pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* (considerando as Residências Multiprofissionais/ e o Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Sociais Aplicadas.

Todos os Projetos e/ou Programas de extensão e pesquisa desenvolvidos ou com participação dos professores do curso, envolvem a participação de alunos como extensionistas e/ou estagiários. Dados dos projetos estão nas respectivas diretorias responsáveis tanto pela extensão como quanto pela pesquisa desta universidade.

Segundo o Relatório de Gestão do Departamento de Serviço Social (2020), nove docentes integraram como membros permanentes no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – *stricto sensu* - Curso de Doutorado e Mestrado.

No que se refere às atividades de pesquisa destacam-se manutenção de Pesquisas Continuidas e a abertura de Projetos de Pesquisa. Estas pesquisas envolveram doze professores do Departamento, com a participação de acadêmicos bolsistas do Programa de Iniciação científica (em 2020, sete PIBIC, dois BIC e três PROVIC), sendo que, a produção acadêmica decorrente destas atividades foi apresentada em eventos científicos em âmbito regional, nacional e internacional com publicação em anais. Os acadêmicos inseridos em



Programas de Iniciação Científica participam nos Núcleos de Estudo dos quais seus orientando participam no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

O curso de Serviço Social preocupado com a Mobilidade Acadêmica e Internacionalização, implantou em 2012 um projeto de acolhimento aos alunos estrangeiros que vivenciavam a mobilidade acadêmica. Tal projeto continua em execução tendo ampliado suas ações para pessoas em situação de migração e refúgio. O livro Internacionalização e Intercâmbio: desafios para as Universidades, foi organizado pela Professora Édina Schimanski em 2016, o qual expressa a preocupação com a temática. O curso já recebeu duas acadêmicas vindas de Guiné Bissau, pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

O curso também já teve duas acadêmicas, que receberam bolsa dos Programa de Bolsas Santander para realização de mobilidade acadêmica, sendo que ambas realizaram em Universidades do México.

Ressalta-se que também alunos estrangeiros matriculados no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, já participaram no curso de Serviço Social nos seus estágios de docência supervisionado por docentes do Curso.

3.8 Extensão como Componente Curricular

Observando a necessidade de relação da extensão como Componente Curricular com o perfil do profissional a ser formado, o qual segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das Diretrizes Curriculares recomendadas pela ABEPSS e MEC/SESu (2001), a organização do Curso de Serviço social da UEPG pauta-se pelos seguintes princípios: rigor ao tratamento teórico, metodológico e histórico da realidade social e do Serviço Social visando a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo e produção da vida social. Bem como, pela adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Pela Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Permanente integração a universidade e sociedade, estimulando o enraizamento do curso na realidade local/regional e abrindo canais de comunicação com a sociedade civil organizada. Pelo Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.

Sendo assim, em relação ao perfil dos formandos do curso, este deve estar pautado num profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Diante do exposto, a Extensão como componente curricular será realizada através da disciplina: Projetos e Práticas Sociais I (68 horas), Projetos e Práticas Sociais II (68 horas), Projetos e Práticas Sociais III (68 horas), Projetos e Práticas Sociais IV (68 horas), Projetos e Práticas Sociais V (51 horas), totalizando 323 horas. As atividades extensionistas aos quais os acadêmicos serão vinculados, deverão atender a Resolução CEPE nº 6/2020. A organização e funcionamento da disciplina deverá ter dinâmica própria e ser acompanhada pelo colegiado de curso e o NDE - Núcleo Docente Estruturante. A operacionalização e adequação para comprovação de carga horaria de atividades extensionistas, conforme a Resolução n. 07 de 18 de



Dezembro de 2018 do MEC e demais regulamentações da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3.9 Flexibilização Curricular

As disciplinas de diversificação e aprofundamento serão ofertadas de forma flexibilizada no segundo semestre de cada ano letivo a partir de critérios como a disponibilidade do corpo docente e interesse dos estudantes nos temas de forma que sejam ofertadas pelo menos duas disciplinas relativas a cada série e dando pelo menos uma opção para que os estudantes escolham a cada ano.

As disciplinas de diversificação e aprofundamento poderão ser ofertadas em modalidade à distância, bem como em modalidade presencial, desde que aprovado no Colegiado de Curso de Serviço Social. As disciplinas que vierem a ser ofertadas no presencial, podem ser ofertadas em horário contraturno ao de matrícula. Alunos de outros cursos poderão cursar estas disciplinas se requererem a matrícula e for aprovado pelo colegiado.

3.10 Atendimento aos Temas Transversais

Para atender a legislação conforme legislação (ver quadro - 6), no que se refere aos temas transversais, o projeto propõe as seguintes disciplinas: Relações Étnico-raciais e realidade brasileira; Serviço Social, Meio ambiente e Desenvolvimento; Libras - Língua Brasileira de Sinais; Relações de Gênero e Sexualidade; O tema de Direitos Humanos o mesmo é tratado nas disciplinas: Política Social I,II,III e IV; Estado e Serviço Social I e II e Direito e Legislação Social, Questão Social entre outras.

Ainda, os temas transversais também são objetos de estudo nos Trabalhos de Conclusão de Curso, além de Estágio Supervisionado.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

Dados transcritos do RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (2013)*

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Quadro 4 – Dimensão: Organização didático-pedagógica do curso de Serviço Social da UEPG – 2013

	Conceito
1- Dimensão: Organização didático-pedagógica	4,28
1.1. Contexto educacional.	4
1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso.	5
1.3. Objetivos do curso.	4
1.4. Perfil Profissional explicitado no Projeto Pedagógico de Curso – PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais	5
1.5. Perfil profissional do egresso. (Específico para os cursos sem DCNs)	NSA
1.6. Estrutura curricular.	4
1.7. Conteúdos curriculares.	4
1.8. Atividades de Pesquisa e Extensão no Projeto Político Pedagógico de curso – PPC	5
1.9. Metodologia(s) de ensino.	4



1.10. Estágio curricular supervisionado	5
1.11. Estágio Curricular Obrigatório e relações de características de perfil profissional (aquisição de habilidades e competências) com as demais disciplinas componentes do currículo pleno do curso	5
1.12. Atividades complementares	5
1.13. Trabalho de conclusão de curso (TCC)	5
1.14. Apoio ao discente	3
1.15. Acompanhamento e incentivo ao aluno egresso	2
1.16. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.	4
1.17. Atividades de tutoria	NSA
1.18. Tecnologias de informação e comunicação – TICs - no processo ensino-aprendizagem	NSA
1.19. Material didático institucional	NSA
1.20. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.	NSA
1.21. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	5
1.22. Número de vagas.	5
1.23. Integração com as redes públicas de ensino.	NSA
1.24. Comitê de ética em pesquisa em pesquisas que envolvam Seres Humanos	3
1.25. Comitê de ética em pesquisa em pesquisas que envolvam Animais	NSA
1.26. Número de vagas em relação ao total de leitos na(s) unidade(s) hospitalar (es) própria(s) ou conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso	NSA
1.27. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS	NSA
1.28. Ensino na área de saúde	NSA
1.29. Atividades práticas de ensino como componente curricular obrigatório	NSA

Fonte: Comissão Própria de Avaliação/2013

NSA: Não se aplica

CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Quadro 5 – Dimensão: Corpo Docente e Tutorial do curso de Serviço Social da UEPG – 2013

Dimensão: Corpo Docente e Tutorial	Conceito
	4,71
1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE (ou equivalente)	3
2. Atuação do (a) coordenador (a) do curso ou equivalente institucional	4
3. Experiência do (a) coordenador (a) do curso em cursos a distância	NSA
4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a) do curso	5
5. Carga horária de coordenação de curso	4
6. Titulação do corpo docente do curso.	5
7. Titulação do corpo docente do curso – percentual de Doutores	5
8. Carga horária distribuída entre professores efetivos em relação à carga horária total do curso (Currículo operacional em horas/relógio)	5
9. Carga horária contratada em Regime Especial (CRES/Colaboradores) em relação à carga horária total contratada no Departamento do Curso/Colegiado de Curso	5
10. Experiência profissional do corpo docente.	5
11. Experiência no exercício da docência na educação básica.	NSA
12. Experiência de magistério superior do corpo docente.	5
13. Relação entre o número de docentes e o número de estudantes	5
14. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente.	5
15. Professores efetivos com atividades em pesquisa ou extensão	5
16. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	5
17. Titulação e formação do corpo de tutores do curso	NSA
18. Experiência do corpo de tutores em educação a distância.	NSA



19. Relação docentes e tutores - presenciais e a distância por estudante	NSA
20. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	NSA
21. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente	NSA

Fonte: Comissão Própria de Avaliação/2013

3.3 INFRAESTRUTURA

Quadro 6 – Dimensão: Infraestrutura do curso de Serviço Social da UEPG – 2013

Dimensão: Infraestrutura	Conceito
	1,79
1. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral e/ou Dedicção Exclusiva	1
2. Equipamentos (microcomputadores e impressoras) destinados ao trabalho de apoio pedagógico destinado aos docentes	2
3. Espaço de trabalho para coordenação do curso (ou equivalente) e serviços acadêmicos.	3
4. Sala de docentes	2
5. Salas de aula.	2
6. Acesso dos discentes a equipamentos de informática.	2
7. Recursos audiovisuais	2
8. Biblioteca – infraestrutura física	2
9. Biblioteca – funcionamento, atendimento e serviços (Obrigatório tombamento e informatização de acervo)	3
10. Bibliografia básica – Mínimo exigido: 03 (três) títulos por unidade curricular (Obrigatório tombamento e informatização de acervo)	1
11. Bibliografia complementar (Obrigatório tombamento e informatização de acervo)	1
12. Periódicos especializados	3
13. Laboratórios didáticos especializados: quantidade	NSA
14 Layout de laboratórios de ensino – específicos por área	NSA
15. Laboratórios específicos por Curso: qualidade	2
16. Laboratórios específicos por Curso: serviços	NSA
17 Auditórios, miniauditórios e demais espaços de conferências	2
18. Acesso e localização – placas indicativas com denominação de locais; mapas indicativos de locais	1
19. Segurança – Vigilância preventiva	1
20. Espaços de convivência e praças de alimentação	1
21. Instalações sanitárias	1
22. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística).	NSA
23. Quadro de agente universitário ou técnico administrativo	2
24. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial	NSA
25. Sistema de referência e contrarreferência	NSA
26. Biotérios	NSA
27. Laboratórios de ensino	NSA
28. Laboratórios de habilidades	NSA
29. Protocolos de experimentos	NSA

Fonte: Comissão Própria de Avaliação/2013

3.4 CONSIDERAÇÕES POR DIMENSÕES

3.4. 1 DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Forças / Potencialidades



O curso apresenta um PPC que contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social da região na qual o curso se insere. O perfil profissional definido no PPC é coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

As políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisas constantes no PDI estão implantadas de maneira efetiva no âmbito do curso. Os objetivos do curso apresentam coerência com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Com relação às políticas de incentivo aos docentes e alunos em programas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo a oferta de modalidade de bolsas pesquisa e bolsas extensão explicitadas em PPC, estas ocorrem de modo muito efetivo e excelente, propiciando enriquecimento curricular.

O corpo docente realiza relações de características de perfil profissional (aquisição de habilidades e competências) entre o Estágio Curricular Obrigatório e demais disciplinas componentes do currículo pleno do curso.

As atividades complementares estão implantadas e regulamentadas/institucionalizadas de maneira que atendem aspectos de carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

Fragilidades / Pontos que requerem melhoria

Os conteúdos curriculares implantados possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, porém, há necessidade de melhor adequação das cargas horárias (em horas), entre teoria e prática e disponibilização de forma mais efetiva da bibliografia básica na biblioteca da instituição.

Há necessidade de maior apoio ao discente e ao professor, pela própria instituição, principalmente no que tange ao aluno de intercâmbio estrangeiro. A falta deste apoio ao discente dificulta o processo de ensino aprendizagem.

Sugestões / Recomendações

Considerando as fragilidades apresentadas recomenda-se: Revisão Curricular para adequar carga horária teórica e prática; Aquisição e disponibilidade de bibliografia atualizada na área do curso pela biblioteca, inclusive com biblioteca setorial no centro.

Maior acompanhamento aos discentes no processo que extrapola a sala de aula, para que ele tenha um melhor aprendizado em nível global, especialmente com relação aos intercambistas estrangeiros.

3.4.2DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Forças / Potencialidades

Quanto ao corpo docente: altamente qualificado, com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu maior que 75%, com percentual de doutores maior a 35%. Mais de 80% do corpo docente efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos. A carga horária distribuída entre os professores efetivos está entre 81% a 100% da carga horária total do curso. 50% do corpo docente efetivo possui experiência profissional (excluídas as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos. Mais de 90% do corpo docente está envolvido em atividades de pesquisa e/ou extensão, com mais de 50% dos docentes que possuem mais de 9 produções nos últimos 5 anos. A média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas implantadas é de 1 docente para 130. Quanto ao Colegiado e ao coordenador do curso: A atuação do (a) coordenador (a) é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores. Possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior que 10 anos. A carga horária prevista/implantada para o coordenador do curso é de 20 horas semanais dedicadas à coordenação.



O colegiado está implantado e institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

Fragilidades/Pontos que requerem melhoria

O NDE foi recentemente criado, conforme as determinações da mantenedora.

Sugestões / Recomendações

A articulação permanente entre Colegiado de Curso e NDE.

3.4.3 DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

Forças / Potencialidades

- Espaço destinado às atividades de coordenação.

- Funcionamento atendimento e serviços da Biblioteca Central

- Assinatura e acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, de títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, sendo a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fragilidades / Pontos que requerem melhoria

- Não existem gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral e/ou dedicação exclusiva.

- A disponibilidade de equipamentos (microcomputadores e impressoras), existentes na estrutura do Departamento e destinados aos docentes para os trabalhos de apoio pedagógico, atende de modo insuficiente a demanda de trabalhos, bem como a sala destinada para o uso comum dos docentes considerando o número de docentes, a iluminação, acústica, limpeza e comodidade não atende suficientemente as necessidades e expectativas.

- Quanto às salas de aula existentes, considerando o número de alunos por turma, deficiência dos equipamentos, falta de carteiras, iluminação, acústica, limpeza e comodidade, não atendem suficientemente as necessidades.

- Para as atividades didático-pedagógicas os recursos audiovisuais disponibilizados atendem de modo insuficiente a demanda de trabalhos.

- No que diz respeito à Biblioteca, com relação à infraestrutura, no campus central, as condições de: baixa capacidade de lotação, ausência de isolamento acústico, refrigeração, aquecimento, ventilação, e localização atendem de modo insuficiente as necessidades. Não há disponibilidade suficiente da bibliografia básica em número de livros e os mesmos em sua maioria não são disponibilizados no campus onde é ofertado o curso, ou seja, no campus central e o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.

- Os laboratórios e outros meios implantados de acesso à informática para o curso não atendem de forma suficiente a demanda quanto à quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários do curso, a velocidade de acesso à internet, a política de atualização de equipamentos e softwares. E quanto ao laboratório específico existente para o Curso, este não atende de maneira suficiente as demandas e necessidades, com relação aos aspectos de atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

- O auditório e mini-auditório, no campus onde é ofertado o curso, atendem de forma insuficiente as necessidades, quanto às condições de: capacidade de lotação no mini-auditório, iluminação, isolamento acústico, refrigeração, aquecimento, ventilação, acessibilidade e localização. Para o acesso e localização, não há mecanismos de placas indicativas com denominação e de mapas Indicativos de locais. Quanto à segurança não há sistemas de vigilância preventiva. Não há áreas de convivência e praças de alimentação e não há disponibilidade de instalações sanitárias suficientes para a demanda. O quadro de técnico administrativo atende de modo insuficiente à demanda do curso.

Sugestões / Recomendações

Considerando as fragilidades apresentadas recomenda-se:



Implantar:

- gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral e/ou dedicação exclusiva.
- Mecanismos para o acesso e localização.
- Sistemas de vigilância preventiva.
- Criar áreas de convivência e praças de alimentação;
- Disponibilizar instalações sanitárias suficientes para a demanda.
- Ampliar o quadro de agentes universitários ou técnicos administrativos a fim de atender a demanda do curso.

4 PARECER FINAL

A comissão de avaliadores foi composta pelos membros do colegiado de curso, composto pelos docentes: Lúcia Cortes da Costa, Danuta Estrufika Cantóia Luiz, Maria Iolanda de Oliveira, Reidy Rolim de Moura. O curso de Serviço Social turno integral, com 44 vagas anuais ofertadas, funcionamento na sede campus central da UEPG, Praça Santos Andrade nº 1, Ponta Grossa – PR, em regime anual. Os aspectos positivos estão relacionados ao cumprimento das Diretrizes Curriculares, a adequação entre o PDI e PPC, a titulação dos docentes e dedicação integral para atividade docente, todos os professores possuem titulação em curso de pós-graduação stricto sensu, sendo 05 mestres e 11 doutores. Existem plenamente implantadas as atividades de pesquisa e extensão no âmbito do curso. Há incentivos aos alunos através de bolsas de pesquisa e de extensão.

A infraestrutura para o funcionamento do curso é adequada, no entanto cabe registrar que não há gabinetes para trabalho dos docentes, a sala de docentes é pequena e não possui equipamentos suficientes para o trabalho (computadores). Os laboratórios para uso dos alunos atendem de modo insatisfatório toda a demanda. É preciso melhorar espaços de convivência e ampliar praça de alimentação, ampliar o número e conservação dos banheiros e as salas de aula ainda não contam com infraestrutura para uso de equipamentos eletrônicos (régua de tomadas para computadores dos alunos). Não há sistema de segurança de modo suficiente nos espaços da instituição.

O serviço administrativo de apoio aos docentes e discentes é insuficiente para atender toda a demanda do curso. O serviço de limpeza e copa são insuficientes. Como sugestões colocam-se: melhoria na infraestrutura física do prédio no qual o curso funciona, melhoria e ampliação do acervo da biblioteca para o curso; melhoria dos serviços de apoio administrativo para os docentes, especialmente nos projetos de extensão, pesquisa e ensino. Melhoria nos serviços de limpeza, conservação e de copa para atender as demandas do curso. A revisão curricular já está agendada para dar melhor adequação entre a carga horária teórica e prática do curso, bem como fazer os ajustes necessários conforme as demandas emergentes da profissão.

Considerando-se os resultados do processo avaliativo apresentados neste relatório e os conceitos obtidos nas dimensões organização didático-pedagógico (4,28), corpo docente e tutorial (4,71), infraestrutura (1,79) o curso obteve o conceito final 3,66, o qual corresponde ao critério (SATISFATÓRIO), e que possibilita a comissão avaliadora emitir um parecer favorável à renovação de reconhecimento do curso.

4.1 AVALIAÇÃO INTERNA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL 2017*

* Esta avaliação foi realizada em 2017 pelo colegiado. Foi realizada a devolutiva e discussão dos dados com as turmas em forma de roda de conversa. Os dados apresentados abaixo são só dados de tabulação. Não há sistematização das rodas de conversa.

Relatório da Avaliação Interna do Curso de Serviço Social
Tabela 1 – Análise de frequência



Categorias	Variáveis	Freq.	(%)
Série	1º ano	38	39,6
	2º ano	22	22,9
	3º ano	26	27,1
	4º ano	10	10,4
Pontualidade	Ótima	36	37,5
	Boa	36	37,5
	Péssima	20	20,8
	Péssima	4	4,2
Frequência	Ótima	27	28,1
	Regular	50	52,1
	Regular	15	15,6
	Péssima	4	4,2
Leitura dos materiais indicados	Ótima	6	6,3
	Boa	36	37,5
	Regular	47	49,0
	Péssima	7	7,3
Realização das atividades propostas	Ótima	39	40,6
	Boa	52	54,2
	Regular	5	5,2
Participação em eventos	Ótima	20	20,8
	Boa	39	40,6
	Regular	29	30,2
	Péssima	8	8,3
Contribuição da grade curricular para formação profissional	Sim	58	60,4
	Em partes	38	39,6
Contribuição das disciplinas EAD	Não possuem no currículo	36	37,5
	Ótimo	13	13,5
	Bom	21	21,9
	Regular	19	19,8
	Péssimo	7	7,3
Total		96	100,0

Tabela 2 – Análise cruzada conforme as séries

Categoria	Variáveis	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	(%)
Frequência	Ótima	16	2	5	4	28,1%
	Regular	18	15	12	5	52,1%
	Regular	3	5	6	1	15,6%
	Péssima	1	0	3	0	4,2%
Pontualidade	Ótima	14	9	10	3	37,5%
	Boa	14	8	9	5	37,5%



	Péssima	9	4	5	2	20,8%
	Péssima	1	1	2	0	4,2%
Leitura dos materiais indicados	Ótima	4	0	0	2	6,3%
	Boa	19	3	8	6	37,5%
	Regular	10	18	17	2	49,0%
	Péssima	5	1	1	0	7,3%
Realização das atividades propostas	Ótima	14	10	8	7	40,6%
	Boa	21	12	16	3	54,2%
	Regular	3	0	2	0	5,2%
Participação em eventos	Ótima	5	5	9	1	20,8%
	Boa	13	11	9	6	40,6%
	Regular	16	5	5	3	30,2%
	Péssima	4	1	3	0	8,3%
Contribuição da grade curricular para formação profissional	Sim	19	19	11	9	60,4%
	Em partes	19	3	15	1	39,6%
Contribuição das disciplinas EAD	Não possui a disciplina no currículo	0	0	26	10	37,5%
	Ótimo	8	5	0	0	13,5%
	Bom	12	9	0	0	21,9%
	Regular	13	6	0	0	19,8%
	Péssimo	5	2	0	0	7,3%
Total		38	22	26	10	100,0%

A partir dos dados e das devolutivas dos acadêmicos e docentes na avaliação interna ocorrida em 2017, ficou claro que algumas alterações que já haviam sido realizadas na proposta curricular que entrou em vigor em 2016, passando do integral para o matutino, já haviam sido consideravelmente positivas.

Contudo, para além das questões que vem sendo trabalhadas pelo colegiado e NDE, no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem, as quais apareceram nesta referida avaliação, algumas adequações pareciam ainda ser necessárias, como, as disciplinas obrigatórias em oferta de EAD, as quais, não houve muita aprovação. Da mesma forma, os conteúdos de algumas das disciplinas precisavam de adequações tanto de carga horária, como de conteúdo, o que embasou a possibilidade de apresentarmos nova proposta de alteração curricular, sendo que a mesma também poderia ser apresentada para um futuro curso noturno.

Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

O sistema de avaliação será regido pela RESOLUÇÃO UNIV nº 23 de 07 de JULHO DE 2016 - alterada pela RESOLUÇÃO UNIV No 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017.**

RESOLUÇÃO UNIV Nº 023, DE 07 DE JULHO DE 2016.

Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Título VI, Capítulo IV, artigo 61, referente ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar, e demais adequações nos artigos 62 e 63; Capítulo IX, artigo 83, parágrafo 2º.



O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 07 de julho de 2016,

considerando o artigo 13, VI do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

o Parecer CEPE n o 019, de 10 de maio de 2016;

a Decisão do Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 24 de maio de 2016; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde se consubstanciou no Processo no 18.361/2015, aprovou, e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em seu Título VI, Capítulo IV, Art. 61, referente ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar, e demais adequações nos artigos 62 e 63; Capítulo IX, Art. 83, parágrafo 2º, conforme segue: [...]

“Art. 61. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a aprovação por disciplina e a promoção por série: § 1º Será aprovado, na disciplina, o acadêmico que, desde que cumprida a exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, obtiver:

- a) média das duas notas parciais igual ou superior a sete (7,0); ou
- b) nota igual ou superior a cinco (5,0), após a realização do exame final.

Será promovido à série seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas da série em que se encontra matriculado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência em até:

- a) 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série das mesmas; ou
- b) 01 (uma) disciplina anual e 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou
- c) 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas. § 3º Nos cursos com disciplinas de meio ano letivo a retenção ocorrerá de uma série para outra.

§ 4º Caberá aos coordenadores dos Cursos com disciplinas de meio ano letivo, observar, que a oferta de disciplinas ocorra, preferencialmente, sem lacunas semestrais para o acadêmico, no decorrer do curso.

Art. 62. Em caso de rendimento escolar insatisfatório e/ou insuficiência da frequência regulamentar, o acadêmico estará sujeito à reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) não obtiver um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência; b) obtiver média das duas notas parciais inferior a dois e meio (2,5); c) obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a realização do exame final.

§ 2º Será considerado reprovado e impedido de promoção à série seguinte o acadêmico que reprovar em: a) mais de 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série; ou

- b) mais de 01 (uma) disciplina anual e mais 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, simultaneamente, independente da série; ou c) mais de 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série.

Art. 63. Entende-se por regime de dependência a faculdade de poder o aluno frequentar, independentemente de série, simultaneamente com a série para a qual será regularmente promovido:

- a) 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série das mesmas; ou
- b) 01 (uma) disciplina anual e 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou
- c) 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas. Parágrafo único. O regime de dependência não dispensa o aluno do cumprimento das normas regimentais relativas à frequência e à avaliação do rendimento escolar.”

“ Art. 83. [...] § 2º Será desobrigado da adaptação ao currículo vigente o acadêmico que possuir, em regime de dependência:

- a) 2 (duas) disciplinas anuais, independente da série das mesmas; ou
- b) 1 (uma) disciplina anual e 2 (duas) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas; ou
- c) 4 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas. [...]” Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do ano letivo de 2017. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Carlos Luciano Sant’Ana Vargas,
Reitor.



RESOLUÇÃO UNIV Nº 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no que se refere à Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 22 de junho de 2017,

considerando o artigo 13, VI do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

o Parecer CEPE nº 015/2017 e a Decisão do Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do dia 25 de abril de 2017; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Protocolo Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde se consubstanciou no Processo no 14.287/2015, aprovou e eu, Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, em seu Título VI, Capítulo IV, Seção III – Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar, Art. 60, §§ 4º e 5º, conforme segue:

Art. 60. [...]

§ 4º A nota mínima para aprovação com exame final deverá ser igual a seis (6,0), como resultado da seguinte fórmula: [...]

§ 5º [...] b) não atingir, no mínimo, quatro (4,0) como média das duas notas parciais.

Art. 61. [...]

§ 1º [...]

b) nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final. [...]

Art. 62. [...]

§ 1º [...]

b) obtiver média das duas notas parciais inferior a quatro (4,0);

c) obtiver nota final inferior a seis (6,0) após a realização do exame final. [...]

Art. 2º Fica alterado o Regimento Geral da UEPG, em seu Título VI, Capítulo IV, Seção V – Da Avaliação do Rendimento Escolar dos Cursos de Graduação, na modalidade de Educação a Distância,

Art. 63-A, § 6º, conforme segue:

Art. 63-A. [...] § 6º Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre quatro (4,0) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações. [...]

Art. 3º Fica alterado o Regimento Geral da UEPG, em seu Título VI, Capítulo IV,

Seção VI – Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar dos Cursos de Graduação, na modalidade de Educação a Distância, Art. 63-B, § 1º, Art. 63-C, § 2º, Art. 63-D,

§ 2º, conforme segue:

Art. 63-B. [...]

§ 1º [...] I - [...]

b) nota final inferior a quatro (4,0) = REPROVAÇÃO DIRETA;

c) nota final de quatro (4,0) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL. II - [...] a) nota final de seis (6,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO; b) nota final de dois e seis (2,6) a cinco e nove (5,9) = REPROVADO.

Art. 63-C. [...]

§ 2º Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete (7,0) ou nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final.

Art. 63-D. [...]

§ 2º [...] a) obtiver média inferior a quatro (4,0);

b) obtiver nota final inferior a seis (6,0) após a realização do exame final;



[...] Art. 4 o Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5 o Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, para os alunos de graduação presencial e a distância, ingressantes, reingressantes (reabertura) e transferidos, a partir de julho de 2017. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas,
Reitor.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 - DISCIPLINAS INTEGRANTES DO CURRÍCULO PLENO

As disciplinas integrantes do Currículo de Serviço Social, obedecendo as diretrizes curriculares do ABEPSS e MEC/Sisu – as disciplinas estão organizadas em três áreas de conhecimento: Fundamentos do Trabalho Profissional; Fundamentos Teórico Metodológicos da Vida Social e Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

5.2 - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
1	Fundamentos do Trabalho Profissional	101	Estatística Básica	2ª	2ª	51
		405	Oficina de Iniciação Científica e Formação Profissional do Serviço Social*	1º	1º	34
2	Fundamentos Teórico Metodológicos da Vida Social	405	Fundamentos Psicológicos do Serviço Social I	1º	1º	51
		405	Fundamentos Psicológicos do Serviço Social II**	1º	2º	34
		405	Fundamentos Sócio-Filosóficos do Serviço Social I	1º	1º	51
		405	Fundamentos Sócio-Filosóficos do Serviço Social III**	1º	2º	34
		405	Antropologia e Serviço Social I	1º	1º	51
		405	Antropologia e Serviço Social II****	1º	2º	34
3		Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	603	Direito e Legislação Social	2º	1º
	404		Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro	1º	2º	51
	405		Estado e Serviço Social I	1º	1º	51
	405		Estado e Serviço Social II*****	1º	2º	34
	405		Serviço Social e Tendências Histórico-Teóricas contemporâneas	4º	2º	51
Total em Horas						578

Justificativas de Complementariedade de Disciplinas

* A disciplina “Oficina de Iniciação Científica e Formação Profissional do Serviço Social” é complementar as demais disciplinas do curso, considerando que trabalha a inserção no mundo acadêmico e introdução a elaboração de trabalhos científico o que perpassa todas disciplinas.

** A disciplina Fundamentos Psicológicos do Serviço Social II é complementar a disciplina Fundamentos Psicológicos do Serviço Social I

*** A disciplina Fundamentos Sócio-Filosóficos do Serviço Social II é complementar a disciplina Sócio-Filosóficos do Serviço Social I.

**** A disciplina Antropologia e Serviço Social II é complementar a disciplina Antropologia e Serviço Social I.

***** A disciplina Estado e Serviço Social II é complementar a disciplina Estado e Serviço Social I.



***** A disciplina Questão Social e Serviço Social II é complementar a disciplina Questão Social e Serviço Social I.

5.3 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

Nº DE ORDEM	ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEM ESTRE	CH
1	Fundamentos teórico-metodológicos da Vida Social	405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	1ª	1º	51
		405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	1ª	2º	51
		405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	2ª	1º	51
		405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	2ª	2º	51
		405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social V	3ª	1º	51
		405	Fundamentos Histórico Teórico-Metodológicos do Serviço Social VI	3ª	2º	51
2	Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	405	Política Social I	2ª	1º	68
		405	Política Social II	2ª	2º	51
		405	Política Social III	3ª	1º	51
		405	Política Social IV	3ª	2º	51
		405	Sociedade Civil e Serviço Social I	3ª	1º	51
		405	Sociedade Civil e Serviço Social II*	3ª	2º	34
3	Fundamentos do Trabalho Profissional	405	Questão Social e Serviço social I	1ª	1º	51
		405	Questão Social e Serviço social II**	1ª	2ª	34
		405	Ética Profissional no Serviço Social I	2ª	1º	51
		405	Ética Profissional no Serviço Social II***	2ª	2º	34
		405	Planejamento e Gestão I	2ª	1º	51
		405	Planejamento e Gestão II	2ª	2º	51
		405	Processo de Trabalho e Serviço Social I1	1ª	2º	51
		405	Processo de Trabalho e Serviço Social II	2ª	2º	51
		405	Processo de Trabalho e Serviço Social III****	2ª	2º	34
		405	Pesquisa em Serviço Social I2	3ª	1º	68
		405	Pesquisa em Serviço Social II2	3ª	2º	68
		405	Relações de Gênero e Sexualidade	3ª	2º	51
		405	Avaliação de Políticas Públicas	4ª	1º	51
		405	Serviço Social e enfrentamento a Violências	4ª	1º	51
		405	Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	4ª	1º e 2º	34
		405	Serviço Social na atuação Sócio Jurídico	4ª	2º	51
		405	Serviço Social, Meio ambiente e Desenvolvimento	4ª	1º	51
Total em Horas						1.445



1 - As disciplinas Processos de Trabalho I, II e III constituem-se em espaços de vivência que permitem o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem. Frente a esta perspectiva de trabalho são ofertadas em turma de até 22 alunos.

2 - A postura investigativa é um suposto para sistematização teórico e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializem as forma de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional perpassa o currículo como um todo e especialmente a disciplina de Pesquisa em Serviço Social, a qual traz a investigação como dimensão constitutiva do Trabalho do Assistente Social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. A disciplina de Pesquisa em Serviço Social será ofertada em turma de até 22 alunos, sendo que ao final desta o acadêmico deverá ter concluído o seu Projeto Individual do Trabalho Conclusão de Curso.

Justificativas de Complementariedade de Disciplinas

* A disciplina Serviço Social e Sociedade Civil II é complementar a disciplina Serviço Social e Sociedade Civil I;

** A disciplina Questão Social e Serviço Social II é complementar a disciplina Questão Social e Serviço Social I;

*** A disciplina Ética Profissional no Serviço Social II é complementar a disciplina Ético Profissional no Serviço Social I

****A disciplina Processo de Trabalho e Serviço Social III é complementar a disciplina Processo de Trabalho e Serviço Social II.

5.4 DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

5.4.1 Carga Horária:

Série	Carga Horária
1ª	51
2ª	51
3º	51
4ª	51
CH Total	204

A oferta das disciplinas de diversificação no primeiro e segundo ano se dá considerando que o acadêmico terá a oportunidade de cursar pelo menos 102 horas-aulas em disciplinas de diversificação ou aprofundamento antes de entrar na série que fará o Estágio Supervisionado em Serviço Social, totalizando ao final do curso 204 horas a serem cursadas em diversificação ou aprofundamento e flexibilizadas.

5.4.2 Disciplinas:

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
1	Fundamentos do trabalho profissional	505	Libras - Língua Brasileira de Sinais	1ª	2º	51
		405	Serviço Social e Família	1ª	2º	51
		405	Serviço Social e Envelhecimento	2ª	2º	51
		405	Serviço Social e Redes de Proteção Social	2ª	2º	51
		405	Serviço Social e Dependência Química	2ª	2º	51
		405	Economia Solidária	3ª	2º	51
		405	Serviço Social e Saúde	3ª	2º	51
		405	Captação de Recursos	4ª	2º	51



	405	Vigilância Social no SUAS	4ª	2º	51
	405	Grupos subalternos, práticas emancipatórias e Serviço Social	4ª	2º	51
	405	Serviço Social e saúde do trabalhador	3ª	2º	51
	405	Gestão Urbana e Políticas Públicas	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Determinantes Sociais da Saúde	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Estado e políticas públicas	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Direitos humanos e processos migratórios contemporâneos	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Estratégias de enfrentamento a situações de emergência e a prática profissional do Serviço Social	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Relações Étnico-raciais e realidade brasileira	De 1ª a 4ª ano	2º	51
	405	Envelhecimento e Sociedade	De 1ª a 4ª ano	2º	51

Informações sobre a ofertada de disciplina flexibilizadas no item 3.11 deste projeto.

5.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

5.5.1 Carga Horária

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
1	Fundamentos do Trabalho profissional	405	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	3ª	1º e 2º	204
		405	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	4ª	1º e 2º	204
Total em Horas						408

* Regido pelo Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social - Resolução CEPE 085 de 14 de dezembro de 2011 (Este regulamento será atualizado conforme o presente projeto pedagógico e legislações pertinentes). Atividades de estágio e supervisão de estágio poderão ser desenvolvidas em horário diverso da oferta do curso.

5.5.2 Modalidade:

DISCIPLINA DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA		MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO		
	T	P	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
Estágio Supervisionado em Serviço Social I		204		X	
Estágio Supervisionado em Serviço Social II		204		X	

5.5.3 Carga Horária de Supervisão de Estágio:

TURNO MATUTINO



ANO	CURRÍCULO VIGENTE (Matutino)	NOVO CURRÍCULO (turmas Matutino e noturno)
2022	44	0
2023	44	0
2024	22	39,5
2025	0	79

Nota: Considerado meia hora de supervisão por aluno conforme previsto em Regulamento de Estágio na modalidade semi-presencial no Curso de Serviço Social. Foram considerados as 44 vagas no período matutino já existentes e as 35 vagas previstas para o período noturno. Ressalta-se que a atividades de estágio supervisionado poderá ser desenvolvida em turno diverso ao da matrícula.

5.6 DISCIPLINAS COM AULAS PRÁTICAS, EXPERIMENTAIS E/OU LABORATORIAIS

GRUPO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH TOTAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	NÚMERO DE TURMAS*	CH OPERACIONAL**
Diversificação ou Aprofundamento (Grupo 9)	505	Libras - Língua Brasileira de Sinais	51	26	25	1	

Conforme informações fornecidas pelo Departamento de Estudos da Linguagem.

5.7 EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

Disciplina	Código (Primeiros números do departamento)	Carga Horária de Extensão	Vinculada ao Programa/projeto de Extensão
Projetos e Práticas Sociais 11	405	68	<ul style="list-style-type: none"> Programa: Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria Sobre Infância e Juventude - NEPIA 1ª Edição Programa: IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários. Projeto: Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude- NEDIJE Projeto: Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude- NEDIJE Projeto: Núcleo de assistência social, jurídica e de estudos sobre a pessoa idosa – NASJEPI Projeto: Feira Solidária IESol/UEPG : para além da comercialização 2ª Edição Projeto: Serviço Social no Patronato de Ponta Grossa
Projetos e Práticas Sociais II1	405	68	<p>OBS: Os Programas e Projetos de Extensão, tem sua oferta condicionada as necessidades da realidade, as parcerias institucionais, bem como a disponibilidade de carga horária dos professores. Entretanto, ressalta-se que as disciplinas : Projeto e Práticas Sociais I,II,III,IV e V, estarão vinculadas aos Programas e Projetos listados nesta coluna, os quais neste momento ,estão em vigência e devidamente cadastrados na Diretoria de extensão da Proex. Podendo no processo novos programas e projetos serem vinculados a disciplina, desde que atendam aos critérios institucionais.</p>
Projetos e Práticas Sociais III1	405	68	
Projetos e Práticas Sociais IV1	405	68	
Projetos e Práticas Sociais V1	405	51	

* As disciplinas de Projetos e Práticas Sociais I, II, III, IV e V visam atender a curricularização da extensão universitária. Nestas disciplinas considera-se a aprendizagem teórico-prática como um



processo em construção, na qual o acadêmico poderá desenvolver uma compreensão crítica nas interações com a realidade social, questionando suas próprias crenças e explicações, propondo alternativas, participando de reelaborações da realidade social, em processo contínuo, autônomo e permanente, ressaltando que ensino, pesquisa e extensão, devem se articular neste processo. A organização e funcionamento da disciplina deverá ter dinâmica própria e ser acompanhada pelo Colegiado de Curso e o NDE - Núcleo Docente Estruturante de Serviço Social.

5.8 DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA

5.8.1 Disciplinas:

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH TOTAL	CH PRESENCIAL	CH DISTÂNCIA
405	Serviço Social e Envelhecimento	51	8	43
405	Serviço Social e Redes de Proteção Social	51	8	43
405	Serviço Social e Dependência Química	51	8	43
405	Serviço Social e Família	51	8	43
405	Economia Solidária	51	8	43
405	Serviço Social e Saúde	51	8	43
405	Captação de Recursos	51	8	43
405	Vigilância Social no SUAS	51	8	43
405	Grupos subalternos, práticas emancipatórias e Serviço Social	51	8	43
405	Serviço Social e saúde do trabalhador	51	8	43
405	Gestão Urbana e Políticas Públicas	51	8	43
405	Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	51	8	43
405	Determinantes Sociais da Saúde	51	8	43
405	Estado e políticas públicas	51	8	43
405	Direitos humanos e processos migratórios contemporâneos	51	8	43
405	Estratégias de enfrentamento a situações de emergência e a prática profissional do Serviço Social	51	8	43
405	Relações Étnico-raciais e realidade brasileira	51	8	43
405	Envelhecimento e Sociedade	51	8	43

5.8.2 Carga Horária:

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	(%)*

5.4.3 DISCIPLINAS/ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
1	Serviço social e/ou áreas correlatas	405	Projetos e Práticas Sociais I	2ª	2ª	68



2	Serviço social e/ou áreas correlatas	405	Projetos e Práticas Sociais II	3ª	1ª	68
3	Serviço social e/ou áreas correlatas	405	Projetos e Práticas Sociais III	3ª	2ª	68
4	Serviço social e/ou áreas correlatas	405	Projetos e Práticas Sociais IV	4ª	1ª	68
5	Serviço social e/ou áreas correlatas	405	Projetos e Práticas Sociais V	4ª	2ª	51

As atividades serão realizadas em diversos projetos e programas conforme regulamentação previsto no ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE No 2020.6 que trata do REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.

5.7 DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA

5.7.1 Disciplinas:

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH TOTAL	CH PRESENCIAL	CH DISTÂNCIA
405	Serviço Social e Envelhecimento	51	8	43
405	Serviço Social e Redes de Proteção Social	51	8	43
405	Serviço Social e Dependência Química	51	8	43
405	Serviço Social e Família	51	8	43
405	Economia Solidária	51	8	43
405	Serviço Social e Saúde	51	8	43
405	Captação de Recursos	51	8	43
405	Vigilância Social no SUAS	51	8	43
405	Grupos subalternos, práticas emancipatórias e Serviço Social	51	8	43
405	Serviço Social e saúde do trabalhador	51	8	43
405	Gestão Urbana e Políticas Públicas	51	8	43
405	Sistema de Garantias dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	51	8	43
405	Determinantes Sociais da Saúde	51	8	43
405	Estado e políticas públicas	51	8	43
405	Direitos humanos e processos migratórios contemporâneos	51	8	43
405	Estratégias de enfrentamento a situações de emergência e a prática profissional do Serviço Social	51	8	43
405	Relações Étnico-raciais e realidade brasileira	51	8	43
405	Envelhecimento e Sociedade	51	8	43

5.8.2 Carga Horária:

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	204
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	(6,5%)*



5.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS

APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O acadêmico deverá realizar 200 horas de atividades complementares no decorrer de sua formação acadêmica no curso. Por atividades complementares são consideradas: a realização do estágio curricular voluntário, a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, disciplinas eletivas, programas de iniciação científica, cursos realizados em áreas afins, disciplinas de cursos sequenciais, participação em eventos científicos, monitorias, publicação de trabalhos científicos, membros de conselhos de políticas públicas, representante estudantil nos conselhos e órgãos colegiados da UEPG; membro regular da diretoria de centros acadêmicos e diretório central de estudantes na UEPG, atividades culturais devidamente regularizadas e outras atividades que atendam as especificidades do perfil profissional desejado pela formação acadêmica.

A carga horária computada por atividade será definida em regulamento interno do Colegiado de Curso, de forma a estimular a participação em diversas áreas e atividades distintas.

5.10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Consiste no momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional no qual o acadêmico sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica e/ou prática. Conforme preconizado pela ABEPSS o mesmo deve realizar-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas.

O aluno terá 34 horas de orientação individual do Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvidas durante o 4º ano letivo, conforme o que prescreve a Resolução CEPE n.º 021 de 05 de abril de 2011 e o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social que será atualizado com base neste projeto pedagógico.

Alunos reprovados somente poderão cursar a disciplina Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso com orientações coletivas.

5.11.1 Carga Horária orientação do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2022	44	0
2023	44	0
2024	44	0
2025	00	79 *

* turma matutina e noturna – previsão com base nas vagas totais disponíveis nos processos seletivos. Não foram consideradas eventuais evasões ou repetências.

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Lei nº 17505 de 2013 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.	Serviço Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento	51
Deliberação CEE -04/ 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei	Serviço Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento	51



Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012		
Resolução nº 1 de 20 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Política Social VI (tema também tratado de modo transversal em disciplinas Questão Social e Serviço Social I e II; Estado e Serviço Social; Serviço Social e Sociedade Civil I e II; outras)	51
Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012 – Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	Política Social VI; tema tratado de forma transversal em diversas disciplinas.	06

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1ª SÉRIE

FUNDAMENTOS HISTÓRICO TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Análise do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico na sociedade brasileira contemporânea, compreendendo a influência das matrizes do pensamento social. Influência das correntes filosóficas e sociológicas no Serviço Social: neotomismo, positivismo e funcionalismo. O Serviço Social de caso, grupo, a influências da Igreja Católica e do tomismo, campos de ação e prática profissional do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARVALHO, Raul. Modernos Agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade nº2.
- CASTRO. Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de um interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; CELATS, 1985.
- KISNERMANN, Natálio. Introdução ao trabalho social. Teoria e Prática do trabalho social. São Paulo: Moraes. 1983.
- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Revista Serviço Social e Sociedade, nº84. Ano XXVI, 2005.
- NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- VIEIRA, Balbina O. Serviço Social Processo e Técnicas. Metodologia do Serviço Social: Contribuição para a sua elaboração.
- VIEIRA, Balbina O. Precursores e Pioneiros. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: A Questão Social e as contradições do desenvolvimento da sociedade capitalista. A Questão Social na contemporaneidade e suas interpretações e debates teóricos no Serviço Social. O significado da Questão Social para a profissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória do Serviço Social brasileiro. Disponível em http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano2/relacoes_sociais.pdf.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. Desigualdade e a Questão Social. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Estado e "questão social" no capitalismo dos monopólios. In: Capitalismo monopolista e Serviço Social. SP: Cortez, 1996.

_____. Cinco notas a propósito da "questão social". In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. In: Revista Ser Social, nº 6, Brasília: UNB, 2000. http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12852

SANTOS, Josiane S. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SERRA, R. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. In: Revista Ser Social, nº 6, Brasília: UNB, 2000. http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853

SILVA, Ivone M. F. Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

OFICINA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

EMENTA: Ciência e os diferentes tipos de conhecimentos. Classificação das Ciências. A especificidade da pesquisa nas Ciências Sociais. A Universidade e a pesquisa científica. Técnicas de documentação, de estudo e de leitura na universidade. Organização de trabalhos científicos: resenhas, fichamentos e artigos. Normas para elaboração e apresentação de trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

UEPG. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 3.ed.rev.atual. Ponta Grossa: UEPG, 2012. Encontrado em: http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/441/LIVRO_ManualNormaliza%c3%a7%c3%a3o%283-ed-rev.-atual-2012%29.pdf?sequence=7

MINAYO, M.(org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: As influências das principais correntes filosóficas (neotomismo, positivismo, fenomenologia e marxismo) e das matrizes clássicas sociológicas (Émile Durkheim, Max Weber) presentes no século XX e sua contribuição para a construção do objeto em Serviço Social.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e filosofia: das origens e Araxá. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011;
CHAUÍ, Marilena. Convite a filosofia. 9 ed. São Paulo: Ática, 1997.
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Nacional, 1987.
SELL, Carlos Eduardo. Sociedade Clássica: Marx, Durkheim e Weber. 5ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967.

ESTADO E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Conceitos clássicos de teoria política. Análise do Estado Moderno, o contratualismo moderno. A formação do Estado Liberal e o Estado de Bem-Estar Social. O conceito de cidadania no Estado Moderno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 4 ed. Brasília. UBN, 1985.
COSTA, Lúcia Cortes da. Os impasses do Estado Capitalista. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Org.). O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes e Locke, Montesquieu, Rousseau. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 504 p.
WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 2001.
COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense. 2006.
HOBBES, Thomas. O Leviatã. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: editora Martin Claret, 2001.
LOCKE, J. Segundo Tratado do Governo Civil. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
ROUSSEAU, J. J. O contrato social. São Paulo: Editora Escala, [19 –].
SAHID, Maluf. Teoria Geral do Estado. Saraiva, 23 ed. São Paulo, 1995, p. 19.
SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf. Acesso em: 09, mar. 2016.
ROSENFELD, D. L. O que é democracia. 5. ed. - São Paulo : Brasiliense, 1994
VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o Estado Ampliado, por Antonio Gramsci. Revista Eletrônica CONJUR. v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cejur/article/view/14846/9966. Acesso em: 02, mar., 2016.
WEBER, Max. Ciências e política, duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: História da psicologia e sua contribuição para o Serviço Social. Teorias psicológicas da personalidade que embasam a prática profissional do Assistente Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, Ana Mercedes Bahia et al. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.



BOCK, Ana Mercedes Bahia et al. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2011.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LANE, Sílvia e CODO, Wanderley (orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SCHULTZ, Duane e SCHULTZ, Sydney. História da Psicologia Moderna. 9. Ed. São Paulo, Cultrix, 1998.

ANTROPOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Antropologia cultural e da formação brasileira. A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e culturais. Imaginário e representações dos diferentes segmentos sociais, considerando sua inserção no contexto sócio-histórico. Análise das expressões que permitam apreender os universos culturais da realidade brasileira e regional, e da sociedade brasileira, a partir da prática social e das referências teóricas do homem e sua interação histórico cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Etnologia Brasileira In: O que ler na ciência social brasileira 1970-1995, Volume 1 (organização Sérgio Micelli) São Paulo Editora Sumaré, 1999.

CHAUÍ, M. Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar. 22ª. Ed. 2008.

PRADO, C.Jr. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

FUNDAMENTOS HISTÓRICO TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

As demandas sócio-históricas e o Serviço Social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista. A modernização do Serviço Social, suas elaborações teórico metodológicas do funcionalismo e do estrutural funcionalismo. O Desenvolvimento de Comunidade e seu reatamento no Serviço Social. Os processos de renovação do Serviço Social sob as influências do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Raul. Modernos Agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade nº2.

CASTRO. Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1989.

Documento de Teresópolis: metodologia do Serviço Social. Revista Debates Sociais. CBCISS, abr. 1968.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de um interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; CELATS, 1985.



KISNERMANN, Natálio. Introdução ao trabalho social. Teoria e Prática do trabalho social. São Paulo: Moraes. 1983.

KISNERMANN, Natálio. Serviço Social de Grupo: uma resposta ao nosso tempo. Petrópolis: Ferreira Alves. 1977. Revista Serviço Social e Sociedade, nº84. Ano XXVI, 2005.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. O. S. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, Balbina O. Serviço Social Processo e Técnicas. Metodologia do Serviço Social: Contribuição para a sua elaboração.

VIEIRA, Balbina O. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: O Estado e seus mecanismos de enfrentamento às refrações da Questão Social. As múltiplas refrações da Questão Social no Paraná e nos Campos Gerais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória do Serviço Social brasileiro. Disponível em http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano2/relacoes_sociais.pdf.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. Desigualdade e a Questão Social. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. In: Capitalismo monopolista e Serviço Social. SP: Cortez, 1996.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. In: Revista Ser Social, nº 6, Brasília: UNB, 2000. http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12852

SANTOS, Josiane S. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SERRA, R. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. In: Revista Ser Social, nº 6, Brasília: UNB, 2000. http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853

SILVA, Ivone M. F. Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos sócio históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: O trabalho enquanto categoria ontológica do ser social. Serviço Social e processos de trabalho. Dimensões da prática profissional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa). Conceito de técnica, instrumentalidade e instrumento. Os instrumentais de intervenção no Serviço Social e as fundamentações teóricas, políticas e ideológicas que as orientam.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAVORATTI, Cleide. COSTA, Dorival (orgs). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Editora Texto, 2016.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 3ª ed. Livro Primeiro. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119>

FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: A origem filosófica do marxismo. As influências filosóficas do marxismo no Serviço Social. O marxismo enquanto matriz clássica sociológica. A contribuição do marxismo para a leitura crítica da realidade da vida coletiva e para a construção do objeto em Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOWY, Michael. Homem e sociedade na obra do jovem Marx. In: Marxismo contra Positivismo. São Paulo: Cortez, 2018, p. 61-78.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin e Claret, 2002.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. O que é marxismo. 9ª ed. São Paulo: brasiliense, 2006.

SELL, Carlos Eduardo. Sociedade Clássica: Marx, Durkheim e Weber. 5ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ANTROPOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Questões antropológicas e sociológicas presentes na atualidade, etnocentrismo, xenofobia. Estudo de sociedades complexas e antropologia urbana. A importância da análise antropológica para o serviço social contemporâneo. A cultura popular e a cultura das elites. A religião e a cultura popular. A democracia: uma questão antropológica, filosófica, sociológica e histórica. Papel da mulher no cenário nacional – discutindo gênero no Brasil

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Etnologia Brasileira In: O que ler na ciência social brasileira 1970-1995, Volume 1 (organização Sérgio Micelli) São Paulo Editora Sumaré, 1999.

CHAUÍ, M. Brasil – mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, R.B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar. 22ª.Ed. 2008.

PRADO, C.Jr. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.



FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Grupos Sociais e Instituições como instâncias mediadoras das relações indivíduo/sociedade. Teorias psicológicas dos grupos sociais e a prática profissional do Assistente Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOCK, Ana Mercedes Bahia et al. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LANE, Sílvia e CODO, Wanderley (orgs). Psicologia Social: o homem em movimento. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- LANE, Sílvia e SAWAIA, Bader. As novas Veredas da Psicologia Social. S.P.: EDUC. 2011.
- SCHULTZ, Duane e SCHULTZ, Sydney. História da Psicologia Moderna. 9. Ed. São Paulo, Cultrix, 1998.

ESTADO E SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Análise do processo histórico de formação do Estado no Brasil. Estado e Democracia no Brasil. Estado e Cidadania e a perspectiva de intervenção do Serviço Social no contexto brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, Lúcia Cortes da. Os impasses do Estado Capitalista. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Cultura política e assistência social. Uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Lúcia Cortes da. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: Sociedade cidadania: desafios para o século XXI. Maria Antonia de Souza; Lúcia Cortes da Costa (orgs.). 2 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010.
- FAORO, Raimundo. Os donos do Poder. Rio de Janeiro: Globo ed. 1984.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social" particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO

EMENTA: Conceito de crescimento e desenvolvimento econômico. O modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro. O modelo agroexportador, concentração da



renda e riqueza e seus impactos no mercado interno. A industrialização como substituição de importações. Crescimento econômico e desigualdade social no Brasil. A participação do trabalho na renda nacional. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação, suas implicações nos mecanismos de regulação social e sua expressão na realidade brasileira. Relações Sociais de produção e trabalho na sociedade brasileira contemporânea. Alternativas econômicas e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BASTOS, V.L. Para entender a economia capitalista: noções introdutórias. Ed. Forense Universitária. 1989.
- CARDOSO JR., José Celso; SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de. (orgs.) Complexidade e desenvolvimento. Brasília : Ipea, 2011.v. 3 (275 p.)
- CHESNAY, F. A mundialização do capital. Ed. Xama. 1996.
- DOBB, M. A Evolução do Capitalismo. Ed. Abril: Col. Os Economistas.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 24 ed. São Paulo: Editora Nacional. 1991.
- REGO, J.M.; MARQUES, R.M. (org) Economia Brasileira. 5ed. São Paulo: Ed. Saraiva. 2013

2ª SÉRIE

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

EMENTA: A modernização do Serviço Social. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos no Brasil. Nacionalismo e desenvolvimento. Movimento de Reconceituação e valorização da relação sujeito-objeto e seu rebatimento na prática profissional do SS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AMMANN, Safira B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
- MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do Serviço Social na América Latina. 8ª edição, São Paulo: Cortez/CELATS, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETO, José Paulo. Reconceituação do serviço social: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, nº 84, São Paulo: Cortez, 2005.
- NETO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social, SP: Cortez, 2006
- BARROS, Solange A.M. & SCHIMANSKI, Elizabete Fernanda. Conservadorismo e Modernidade. In: CERVI, Emerson. (org) Eleições e Mídia Local. Paraná: Toda Palavra, 2010.
- SILVA E SILVA, M. O. (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2006.

POLÍTICA SOCIAL I

EMENTA: Política Social, direitos e cidadania. O Estado de bem-estar social. Conceitos de política social. As funções da política social na sociedade capitalista. Regimes de bem-estar e modelos de proteção social nos países desenvolvidos e na América Latina. O modelo de proteção social brasileiro e as funções das políticas sociais. Mudanças sociais, econômicas, ambientais e demográficas e seus impactos nas políticas sociais.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, Lucia Cortes da. Os impasses do Estado capitalista: análise da reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez; Ponta Grossa: UEPG, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? - 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

FLEURY, Sônia. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: A construção e o uso dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social: observação, acolhimento, abordagem, visita domiciliar e institucional, comunicação, documentação, entrevista, escuta qualificada, relacionamento, entre outros instrumentais da prática profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em serviço social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE, 2008

CFESS (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 4.ed. Cortez, 2005

GARRET, Annette. A entrevista, seus princípios e métodos. 8.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

LAVORATTI, Cleide. COSTA, Dorival (orgs). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Editora Texto, 2016.

PIZZOL, Alcebir Dal. Estudo Social ou Perícia Social? Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2006.

PLANEJAMENTO E GESTÃO I

EMENTA: Pacto Federativo, competências e atribuições dos entes federados. O Planejamento Público no Brasil. Os conceitos e tipos de planejamento. Instrumentos do planejamento público (PPA, LDO, LOA). Orçamento público e fundos especiais (FNAS, FNS, FUNDEB, etc). Atribuições e competências do Assistente Social no planejamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETECH, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais. Determinantes da descentralização. São Paulo, Revan, 2011.

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação. 3ª ed. Veras: São Paulo, 2013.

DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento Estratégico Governamental. UFSC: CAPES: UAB. 2009.

PALUDO, Augustinho Vicente Procopiuk Mario. Planejamento governamental: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo, Atlas, 2014.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. São Paulo: Atlas, 2015



ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Os fundamentos ontológicos-sociais da dimensão ético moral da vida social e seu rebatimento na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. Reflexão sobre os fundamentos éticos presentes nos códigos de ética do assistente social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BONETTI, D. A. et all (orgs). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, CPFESS, 13 ed. 2012.
- BARROCO, M. L. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4).
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.
- CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, 2011.
- VÁZQUEZ, A. S. Ética. 13 ED. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

PROJETOS E PRÁTICAS SOCIAIS I

Ementa: Atividades integradas e multidisciplinares para a formação do Assistente Social junto aos espaços sócio ocupacionais da profissão, articulando ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELI, Gisele Alves de Sá. Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Editora CRV, 2016.
- SCHIMANSKI, Edina; CALVACANTE, Fátima Gonçalves (Org.). Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV

EMENTA: Apresentação das matrizes teórico-metodológicas no contexto da modernização conservadora nos pós 1964. Transição democrática e influências teóricas críticas no Serviço Social brasileiro. Método dialético e Serviço Social. A literatura crítica clássica e sua repercussão no contexto do Serviço Social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.
- LOWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. SP: Cortez, 1990
- NETO, José de Paula. Introdução ao estudo do método em Marx. SP: Editora Expressão Popular, 2011
- SIMIONATO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influencia no Serviço Social. SP: Cortez, 2004.
- Revista Katálysis. Número 16, 2013



POLÍTICA SOCIAL II

EMENTA: Política de Proteção Social. A seguridade social no Brasil e os preceitos constitucionais da descentralização político-administrativa e da participação popular na gestão das políticas sociais. A política pública de saúde, a previdência social e assistência social no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Serviço Social na Previdência: Trajetória, Projetos Profissionais e Saberes. São Paulo: Cortez, 2016
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social e desenvolvimento no Brasil. In Economia e Sociedade, Campinas, vol. 21, dez. 2012
- COUTO, B. R. YAZBEK, M.C., RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. IN: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. Berenice Rojas Couto...[et all] São Paulo: Cortez, 2010.
- MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOTA, Ana Elizabete et all. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2007.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A política social brasileira no século XXI - A prevalência dos programas de transferência de renda - 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- SPOSATI, Aldaiza. (org) Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 12ª ed.

PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL III

Ementa: A prática profissional junto a grupos comunitários e institucionais. Assessoria, consultoria, supervisão e auditoria de Serviço Social. Processos organizacionais de eventos (simpósio, seminário, fórum, assembleia, conferências de políticas públicas, dentre outros.)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GOERK, C.; VICCARI, E. M. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. Revista Virtual Textos & Contextos. Porto Alegre nº 3, ano III, dez 2004.
- LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs) Psicologia social: o homem em movimento (p. 78-98). São Paulo: Braziliense, 1984.
- MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre v.8, p. 22-48, jan/jun. 2009.
- MOREIRA, C. F. N. O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. – 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- VASCONCELOS, A. M. de. Relação teoria /prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In revista Serviço Social e Sociedade, n 56, Ano XIX, São Paulo: Cortez, 1998.

PLANEJAMENTO E GESTÃO II

EMENTA: A relação público e privado no planejamento e gestão. Exigências legais, técnicas e profissionais no planejamento e gestão de políticas sociais. Políticas, planos, programas e



projetos. Territorialização, diagnóstico e indicadores. Instrumentos da Gestão Pública. Atribuições e competências do Assistente Social na Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo, Cortez, 2015
KAUCHAKJE, S. Gestão Pública de Serviços Sociais. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, Alínea, 2017.
MATUS, Carlos, Política, Planejamento e Governo. Brasília: IPEA, 1993
SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Claudio. Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo, Cortez, 2018.

ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: O projeto ético-político do Serviço Social e as orientações ético-normativas da profissão. O código de ética do assistente social e a Lei de Regulamentação. A ética profissional no cotidiano de atuação do assistente social. Questões éticas da atualidade e cotidiano profissional. A ética e sua relação com a dimensão educativa da profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Presidência da República. Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social – LEI N. 8662, DE JUNHO DE 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, 2011.
CFESS. As atribuições privativas do assistente social em questão. 1ª edição ampliada. Brasília, CFESS, 2012.
IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social contemporâneo. IN: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
NETTO, José Paulo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ESTATÍSTICA BÁSICA

EMENTA: A Estatística e sua Importância nas Ciências Sociais. Tipos de Variáveis. Conceitos de População e Amostra. Técnicas de Amostragem. Tabelas de Frequências. Representações Gráficas de Distribuições de Frequências. Medidas de posição e dispersão. Noções Básicas de Probabilidades. Correlação Linear e Teste de Associação “Qui-Quadrado”. Uso de Planilhas Eletrônicas para Cálculos e Análises Estatísticas. Aplicações às Ciências Sociais.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais, 9ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
BUSSAB, W. O. & MORETTIN, P. A. Estatística básica, 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
BORGES, B.L.M. Simplificando a estatística: coletânea de textos e exercícios didáticos. Campina Grande: EDUEP, 2003.



LEVIN, J.; FOX, J.A.; FORDE, D.R. Estatística para ciências humanas, 11ª ed.. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2012.

JOHNSON, R.; KUBY, P. STAT, São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MUNDIM, M.J. Estatística com BrOffice. Rio de Janeiro, Editora Ciência Moderna, 2010.

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

EMENTA: O Estado democrático de direito no Brasil. Direitos fundamentais. Conceito e classificação dos direitos sociais e o sistema de garantias. Previsão constitucional dos direitos sociais: art. 6º ao art. 11º, Título VIII – Da Ordem Social, artigos 193 e seguintes. Direitos sociais relativos à seguridade –os direitos à saúde, à previdência e assistência social. Direitos sociais relativos à educação e à cultura. Direitos sociais relativos à moradia. Direitos sociais relativos à família, criança, adolescente e idoso. Direitos sociais relativos ao meio ambiente. Direitos sociais relativos ao trabalhador. PNDH - programa Nacional de Direitos Humanos e a compreensão das políticas voltadas aos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 27ª ed. atual. – São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 7ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. 2ª ed. reform. – São Paulo: Moderna, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 11ª ed. rev. e aum. – São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MASTRODI, Josué. Direitos Sociais Fundamentais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

3ª SÉRIE

POLÍTICA SOCIAL III

EMENTA: Política de Promoção Social. Habitação e Urbanismo. Política Pública do Trabalho. Educação. Desenvolvimento Agrário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Monica Maria Torres de. Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2011

CFESS. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão. Brasília, CFESS, 2016.

KAUCHAKJE, Samira; SCHEFFER, Sandra Maria. Políticas públicas sociais: a cidade e a habitação em questão. Curitiba: Intersaberes, 2017

MOTTA, Vânia Cardoso da, PEREIRA, Larissa Dahmer (orgs.). Educação e Serviço Social, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

PAZ, R.D.O. e TABOADA, K. Curso a distância, Trabalho Social em programas e projetos de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades, 2010



FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL V

EMENTA: A particularidade da sociedade brasileira frente às atuais transformações societárias. Trabalho assalariado: o assistente social como trabalhador assalariado. Crise capitalista, metamorfoses no mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições e relações de trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AMARAL, A. S. do e MOTA, A. E. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- ANTUNES, R. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. In: Revista Serviço Social e Sociedade. V.17, nº50. 1996.
- FORTI, V. e COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. (Orgs). Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- GUERRA, Y. et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, Ribeirão Preto - SP.
- IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, M.V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS, ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais. Brasília. CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009.
- IANNI, O. A construção da categoria. In: Revista HISTEDBR On Line; Campinas, número especial, p. 397-416, abr 2011.
- KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS-ABEPSS-CEAD, 2009.
- LOPES, Josefa Batista. 50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo
- NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Natureza, método e processo de construção de conhecimento nas Ciências Sociais e Humanas. O debate teórico e metodológico que fundamenta a pesquisa no Serviço Social. A dimensão investigativa e a prática profissional do Assistente Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. São Paulo :Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2015. Disponível em:<http://www.isthmus.com.br/eduepg/dados/A-particularidade-historica.pdf>
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.



GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício Profissional. In CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MINAYO, M.C.O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, A Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo:Atlas, 1987.

SOCIEDADE CIVIL E SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Concepções de Sociedade Civil na Sociedade Moderna. Contextualização histórica e contemporânea das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. Categorias associadas nestas relações: esfera pública, terceiro setor, participação, controle social, território, entre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTANO, C. DURIGUETTO, M. L. Estado, Classe e Movimento Social 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMIONATTO. I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. IN LUIZ, D. E. C. Sociedade Civil e Democracia. São Paulo : Veras Editora, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. São Paulo : Cortez, 2007

SCOREL, S. Participação social. In: GIOVANELLA, Lúgia (Org.). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 979-1010

GOHN, M. G. Novas Teorias dos Movimentos 2ª Ed. São Paulo : Edições Loyola, 2009 – páginas 9 a 88.

PROJETOS E PRÁTICAS SOCIAIS II

Ementa: Atividades integradas e multidisciplinares para a formação do Assistente Social, junto aos espaços sócio ocupacionais da profissão, articulando ensino, pesquisa e extensão..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELI, Gisele Alves de Sá. Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Editora CRV, 2016.

SCHIMANSKI, Edina; CALVACANTE, Fátima Gonçalves (Org.). Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

PROJETOS E PRÁTICAS SOCIAIS III

Ementa: Atividades integradas e multidisciplinares para a formação do Assistente Social junto aos espaços sócio ocupacionais da profissão, articulando ensino, pesquisa e extensão.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELI, Gisele Alves de Sá. Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Editora CRV, 2016.
- SCHIMANSKI, Edina; CALVACANTE, Fátima Gonçalves (Org.). Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL VI

Atribuições e competências sócio-profissionais e políticas, demandas profissionais e requisições institucionais, tendências expressas nas respostas profissionais na contemporaneidade. Trabalho, formação e organização política da categoria profissional. A produção de conhecimento no Serviço Social e o debate teórico pluralista, desafios e possibilidades para a formação e o exercício profissional. Os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e a particularidade regional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com conservadorismo. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 127. São Paulo: Cortez, set-dez. de 2016.
- ALBUQUERQUE, Edu S; AUED, Idaletto Malvezzi. Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná. In: Revista de História Regional 13(2): 221-245, Inverno, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: Dimensões teóricas e políticas. (CADERNOS ABESS).
- CUNHA, L. A. G. POR UM PROJETO SÓCIO ESPACIAL DE DESENVOLVIMENTO. In: Revista de História Regional. 1998.
- CUNHA, L. A. G. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. Emancipação, 7(1): 165-176, 2007.
- Duriguetto, M. L.; BALDI, L. A.P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade - Um Projeto Em Parceria. 5. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002. (1991). V. 13 Coleção Educar. 119 p
- IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. MOTTA; AMARAL (org.). São Paulo. Cortez. 2016.
- MATOS, M.C.M. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.
- MOTTA; AMARAL (org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo. Cortez. 2016.
- RAIHER, A. P.; GIOVANETTI, A. E. Uma análise multidimensional da pobreza nos municípios paranaenses em 2010. In: Revista de Estudos Sociais. Nº 33 Vol. 17. Ano 2015.



POLÍTICA SOCIAL IV

EMENTA: Direitos Humanos e Políticas Transversais. Política social e as questões de gênero; étnico-raciais; ciclos de vida (criança e adolescente, juventude e pessoa idosa); transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades; pessoas com deficiência; e outras políticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social e desenvolvimento no Brasil. In Economia e Sociedade, Campinas, vol. 21, dez. 2012
- FERREIRA, Guilherme Gomes. Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico. São Paulo: Cortes, 2018.
- FRY, Peter et all. (org.) Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HIGA, M; DIAS, A. O Movimento dos Direitos da Deficiência: do modelo médico ao modelossocial. Instituto Baresi. 2011. Disponível em: <http://institutobaresi.com/2011/06/08/o-movimento-dos-direitos-da-deficiencia-domodelo-medico-ao-modelo-social/>. Acessado em: 27/11/2015.
- Sanchez, Maria Angélica. A Prática do Serviço Social na Atenção à Pessoa Idosa. RJ: Thieme Revinter Publicações, 2018.
- SOUZA, Vanessa Bezerra de. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.
- WERNECK, C. Modelo médico x Modelo social da deficiência. In: Manual da mídia legal 3: Comunicadores pela saúde / Escola de Gente, WVA Editora, Rio de Janeiro, 2004.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Abordagens qualitativas e quantitativas em pesquisa social. Ética e pesquisa social. Metodologias e procedimentos operacionais para pesquisa em Serviço Social. Fundamentos teóricos e metodológicos para elaboração e execução de projeto de pesquisa. Alternativas de exposição dos resultados de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DENZIN, Norman K.;LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed,2006.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, M. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.
- MINAYO, M.(org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- RICHARDSON, Roberto Jarry (colaboradores) pesquisa Social: métodos e técnicas. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- SEVERINO, Antonio Joaquim.Metodologia do trabalho científico.20ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 3ª ed. rev, atualizada. Ponta grossa: UEPG: 2012.

SOCIEDADE CIVIL E SERVIÇO SOCIAL II



EMENTA: Formas e expressões de organização da Sociedade Civil brasileira. A intervenção do Serviço Social junto às diferentes formas e expressões organizativas: alternativas metodológicas, estratégias e instrumentação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU. M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. ABREU. M. M; CARDOSO. F. C. Mobilização social e Práticas Educativas. In CFESS

ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M.L.(org) Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo : Cortez Editora, 2014

DURIGUETTO, M. L. BALDI, L.A. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Rev.

katálysis vol.15 no.2 Florianópolis July/Dec. 2012 Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005

acessado em 03/02/1/2018

MARICATO, E. et al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

EMENTA: Trata dos estudos no campo de gênero e sexualidade e sua influência na família e na sociedade. As relações de gênero e a construção dos papéis sociais. A prática do Serviço Social e as relações de gênero e sexualidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Brasil. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

LISBOA, T;K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan. 2010. ISSN 1982-0259.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidades. Pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I

EMENTA: Orientação supervisionada do processo de intervenção acadêmica junto dos campos da prática profissional. Ênfase na aproximação e análise da realidade campo de estágio, participando do planejamento e intervenção profissional de forma propositiva e inovadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução -CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.



4ª SÉRIE

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA: Políticas Públicas - abordagens teóricas. Abordagens teóricas. Ciclo de Políticas Públicas. Monitoramento e Avaliação - Histórico e concepção. Critérios e tipos de avaliação. Metodologia de desenvolvimento de avaliações. Indicadores para avaliação de políticas públicas sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BELLONI, Isaura et Il. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo, Cortez, 2003.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, ed. Alínea, 2016.
- JANUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. PPP, nº 36, jan/jul. 2011.
- RICO, Elizabeth Melo Rico (org.). Avaliação de políticas sociais - uma questão em debate. São Paulo, Cortez, 6ªed, 2007.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo, Veras, 2001.

SERVIÇO SOCIAL E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

EMENTA: O fenômeno da Violência: conceituação e diferentes expressões. Conflitos de gênero, intergeracionais e de etnia e seus reflexos no cotidiano da violência contra grupos vulneráveis (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, negros, pessoas LGBTTI) A violência intrafamiliar. A violência nas relações interpessoais. A violência institucional (escolas, abrigos, unidades socioeducativas). As políticas de enfrentamento às violências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOURDIEU. P. O poder simbólico. Bertrand, Rio de Janeiro, 1998.
- BOURDIEU. P. A dominação masculina. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.
- ELIAS. N. O processo civilizador: uma história dos costumes (volume 1), Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MICHAUD. Y. A Violência. Ática, São Paulo, 2001
- SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SERVIÇO SOCIAL E TENDÊNCIAS HISTÓRICO-TEÓRICAS CONTEMPORÂNEAS

EMENTA: As tendências das diretrizes curriculares do Serviço Social na contemporaneidade. As particularidades do trabalho profissional nos distintos espaços profissionais. As convergências teórico-metodológicas contemporâneas da profissão. Os desafios da formação e do trabalho profissional no século XXI. Desafios atuais para a concretização do projeto ético-político profissional. Interdisciplinaridade e Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BERMUDES, Monica et all. Tendencias actuales en el Trabajo Social uruguayo. Hacia un campo profesional envejecido? Rev. katálysis v.9 n.2 Florianópolis jul./dic. 2006



FOUCAULT, Michel de. As Palavras e as Coisas. Lisboa: Portugalia ou São Paulo: Martins Fontes, 2002. (ler o capítulo das Ciências Humanas) Biblioteca da UEPG – Centro – Número de chamada 112.09 F 762 P. Pdf: <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/01/foucault-michel-as-palavras-e-as-coisas1.pdf>

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005

LAVORATTI, Cleide. Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/pr. Tese de Doutorado, 2013 – UFPR Pdf:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2013/09/TESE-CLEIDE-LAVORATTI-2013.pdf>

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002. (cap. 3 e cap 4).

ORIENTAÇÃO AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ementa: Orientação e acompanhamento individual e/ou coletivo ao acadêmico na elaboração de seu trabalho de conclusão de curso. Sistematização do conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Referência Bibliográficas: indicado pelo orientador de acordo com o objeto de estudo.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL II

EMENTA: Orientação supervisionada do processo de intervenção acadêmica junto dos campos da prática profissional. Ênfase na construção e análise da realidade do campo de estágio, participando do planejamento e intervenção profissional de forma propositiva e inovadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução -CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006

SERVIÇO SOCIAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

EMENTA: Questão ambiental e Desenvolvimento urbano e regional: conceitos e dimensões. Meio ambiente protegido como um direito à vida. Vulnerabilidade ambiental gerando vulnerabilidade social. Legislação para a sustentabilidade urbana e regional. Educação Ambiental. Serviço Social e a questão ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



- BOFF, Leonardo. Dignitas Terrae: Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo Saber cuidar : ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2004
- BONDUKI, Nabil (org.). HABITAT : as praticas bem - sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo : Studio Nobel, 1997.
- CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antonio Jose Teixeira (orgs.) A QUESTÃO ambiental : diferentes abordagens. 2ª. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005.
- CUNHA, Sandra Baptista da, GUERRA, Antonio Jose Teixeira (orgs.). IMPACTOS ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.
- VEYRET, Yvette. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Trad. Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOMINGUEZ GOMEZ, J. Andrés; GAONA PÉREZ, Alejandro; VÁZQUEZ AGUADO, Octavio (orgs.) Serviço Social e meio ambiente. Trad. Silvana Cobucci Leite (trad.) São Paulo: Cortez, 2005.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis : Vozes, 2004
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo : Cortez, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO SÓCIO-JURÍDICA

EMENTA: Prática profissional na atuação sócio-jurídica. Aspectos legais e doutrinários do estudo social e perícia social judiciária. Exercícios práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez. 2011.
- BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço social na área sociojurídica. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 115, p. 407-441, Jul./Set. 2013.
- FAVERO, Eunice Teresinha. Serviço social, práticas judiciárias, poder: implantação e implementação do serviço social no Juizado de Menores de São Paulo. 2.ed. São Paulo: Veras, 2005.

PROJETOS E PRÁTICAS SOCIAIS IV

Ementa: Atividades integradas e multidisciplinares para a formação do Assistente Social junto aos espaços sócio ocupacionais da profissão, articulando ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELI, Gisele Alves de Sá. Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Editora CRV, 2016.



SCHIMANSKI, Edina; CALVACANTE, Fátima Gonçalves (Org.). Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

PROJETOS E PRÁTICAS SOCIAIS V

Ementa: Atividades integradas e multidisciplinares para a formação do Assistente Social junto aos espaços sócio ocupacionais da profissão, articulando ensino, pesquisa e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELI, Gisele Alves de Sá. Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Editora CRV, 2016.
SCHIMANSKI, Edina; CALVACANTE, Fátima Gonçalves (Org.). Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares. 1ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

DISCIPLINA DE DIVERSIFICAÇÃO / FLEXIBILIZADAS

GRUPOS SUBALTERNOS, PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS E SERVIÇO SOCIAL

EMENTA: A concepção de grupos subalternos e as formas organizacionais de suas práticas sociais. Práticas emancipatórias como forma de enfrentamento a subalternidade. Alternativas metodológicas de atuação profissional do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DURIGUETTO, M L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social . revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo : Cortez, n. 128 p. 104-122, jan./abr. 2017 ,
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.
GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. 2ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Vol I a VI, 2001.
WANDERLEY, L.E. Os sujeitos sociais em questão. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo : Cortez, Ano XIII, nº 40, 141 – 156, 1992.
LUIZ. D E C. Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática do Serviço Social. Ponta Grossa : Editora UEPG, 2012
LUIZ, D.E.C., MOURA, R R A Categoria Sujeitos: concepções e desafios no contexto brasileiro. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 31 - 46, jan./jun. 2014 | disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13573/11752> acessado em 14/02/19

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE

EMENTA: A política de saúde no Brasil. A saúde no contexto da Seguridade Social: interfaces com as demais políticas sociais. O SUS. O Processo saúde-doença:



determinantes políticos, econômicos, psicológicos e sócio-culturais. O Serviço Social na saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BUSS, P.M.; PELEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, 2007
- CEBES. Determinantes sociais.
- CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília, março de 2009
- GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; Carvalho, A. I.; NORONHA, J. (Orgs.) . Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/Cebes, 2008. v. 1. 1110
- FLEURY, S. (org). Saúde e democracia: a luta do CEBES. Disponível: <http://www.cebes.org.br/media/file/saude%20e%20democracia%20a%20luta%20do%20cebes.pdf>
- LAURELL, A.C. A saúde-doença como processo social. Disponível: <http://xa.yimg.com/kq/groups/23089490/574657748/name/sausedoenca.pdf>
- MENICUCCI, Telma M. G. Política de saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.
- MOTA, A. E. Serviço social e saúde : formação e trabalho profissional / organização Ana Elisabete Mota ... [et al.]. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2007. 408 p.
- PAIM. J. Bases conceituais da reforma sanitária brasileira. In: FLEURY, S. (org). Saúde e democracia: a luta do CEBES. Disponível: <http://www.cebes.org.br/media/file/saude%20e%20democracia%20a%20luta%20do%20cebes.pdf>
- VASCONCELOS, Ana Maria de A prática do serviço social : cotidiano, formação e alternativas na área da saúde / Ana Maria de Vasconcelos. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2003. 560

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Capitalismo e Economia Solidária: origens e reinvenção no contexto brasileiro. Princípios, valores, características e conceitos de Economia Solidária. O campo da Economia Solidária no Brasil. Políticas Públicas de Economia Solidária. Tecnologia Social e Economia Solidária. Economia Solidária e alternativas de sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DAGNINO, Renato Peixoto. Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP.: IG/UNICAMP, 2009.
- GAIGER, L. I. (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GAIGER. L.I. A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.
- HESPANHA, Pedro. [et al.]. Dicionário Internacional de outra economia. Portugal: Gráfica Coimbra, 2009.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.



SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

EMENTA: Base conceitual e elementos componentes de projetos sociais para captação de recursos. Fontes de captação de recursos: governamentais, empresariais, sociedade civil, internacionais, entre outras. Orçamento público e disponibilização de recursos.

BIBLIOGRAFIA BASICA

FRANÇA, Paulo. Captação de recursos para projetos e empreendimentos . Brasília, Ed. SENAC: 2005.

MELO, Herbart dos Santos (org.).Captação de recursos: coletânea de instituições nacionais e internacionais com linhas de financiamento para elaboração de projetos. Fortaleza, SEBRAE: 2007

VIGILÂNCIA SOCIAL NO SUAS

EMENTA: Bases conceituais e operacionalização da Vigilância Social; Indicadores de vulnerabilidade social e informações sobre violação de direitos nos territórios. Monitoramento e avaliação como processo gerencial da qualidade da oferta dos serviços, programas e projetos. Sistemas de informações, conceitos gerais e sistemas existentes do SUAS , estados e municípios.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRASIL. Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial. Sistema Único de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2013

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

SERVIÇO SOCIAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

EMENTA: As definições de Dependência Química, Drogas, Psicotrópicos, Tolerância e Síndrome de Abstinência; Os diferentes tipos de drogas; Padrões de consumo de droga que podem acarretar a dependência química; Os espaços de tratamento da Dependência Química e o Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AA WORLD SERVICES, INC. Viver Sóbrio. São Paulo: CLAAB, 1977.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. Drogas nas escolas (versão resumida). Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 4ed. Brasília: SENAD, 2011.

HYGINO, A; GARCIA, J. Drogas: a permanente (re)encarnação do mal. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. a.24, n.74, out. 2003.



KRUPNICK, L; KRUPNICK, E. Do desespero à decisão: como ajudar um dependente químico que não quer ajuda. São Bernardo do Campo: Bezerra, 1995.

REHFELDT, K. Álcool e trabalho: prevenção e administração do alcoolismo na empresa. São Paulo: EPU, 1989.

SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA

EMENTA: Apresentar os conceitos básicos, fundamentos históricos, teóricos e as múltiplas concepções de família; Referenciar a família no Brasil quanto a constituição/formação e pensamento social contemporâneo, destacando a centralidade da família nas políticas sociais: demandas, que se põe para o serviço social considerando a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS; novas perspectivas e desafios para os assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, Ana Rojas ; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). FAMÍLIA: redes, laços e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 316 p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) A Família contemporânea em Debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

PRADO, Danda. O que é Família. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 10ª ed. Coleção Primeiros Passos.

SIERRA, Vânia Morales. Família: teorias e debates. São Paulo: Saraiva, 2011.

TERCIOTI, Ana Carolina Godoy. Famílias monoparentais. Campinas: Millennium, 2011

SERVIÇO SOCIAL E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

EMENTA: Conceitos de Rede. Classificação e tipos de Rede. Rede de movimentos sociais. Redes setoriais e intersetoriais. Requisitos para o trabalho intersetorial e em rede. Rede como estratégia operacional de políticas públicas. Metodologias de trabalho em rede.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARQUES, Eduardo (org.). Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

castells, M. A sociedade em rede. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, K. Y. L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de Assistência Social. Revista Textos e Contextos V. 12 n. 01. pp. 114-127. Jan-jun. Porto Alegre, 2013.

SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO

EMENTA: O envelhecimento como um processo histórico e social. A velhice e o envelhecimento em suas múltiplas determinações. O envelhecimento na sociedade brasileira - transição demográfica, envelhecimento populacional e as demandas para as políticas sociais. Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso – os direitos e a participação do cidadão idoso. Controle social, serviços e programas de atendimento a pessoa idosa. Serviço Social - exercício e prática profissional do assistente social nas questões do envelhecimento num contexto interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BASICA

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE ENVELHECIMENTO. Porto Alegre. ISSN 1517-2473



RBCEH - REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS DO ENVELHECIMENTO HUMANO. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo,. ISSN 1679-7930
ESTATUTO do idoso : lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e legislação correlata. 4.ed. Brasília : Centro de Documentação e Informação, 2009.
PINTO, Marcus Vinicius De Mello. Envelhecimento e institucionalização: construindo uma historia de pesquisas. São Paulo: Andreoli: 2009
TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital. São Paulo: Cortez, 2008.
MALAGUTTI, William; BERGO, Ana Maria Amato. Abordagem Interdisciplinar do idoso. São Paulo: Rubio, 2010.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS – 51 h

Ementa: TEORIA: (26 h) Artefatos culturais surdos. O processo histórico da comunidade surda no mundo. Os parâmetros fonológicos principais da Libras (CM.; P.A.; M.). Legislação. PRÁTICA: (25 h) Expressões corpóreo-faciais e campos semânticos: Alfabeto datilológico; Números; Identificação Pessoal; Saudações e Gentilezas; Formas; Cores; Verbos; Estabelecimentos; Profissões.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRASIL. MEC/SEESP. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília DF, 2001.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais. v. I e II. São Paulo: USP, 2001. 2 e.
FERNANDES, S. Metodologia da educação especial. Curitiba: IBPEX, 2007
GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L de; TESKE, O. (org.) Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.
MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
PARANÁ. SEED/SUED/DEE. Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira, estudos linguísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.
VELOSO, E.; MAIA, V. Aprenda Libras com eficiência e rapidez. Curitiba: MãoSinais, 2009.
WILCOX, S. & WILCOX, P. P. Aprender a ver. Petrópolis: Arara Azul, 2005.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

Ementa: O trabalho e adoecimento. O processo de saúde-doença-trabalho. Saúde mental e trabalho. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e seus princípios e diretrizes. Trabalho decente, trabalho precário e Previdência e proteção social. A atribuição do assistente social na rede de proteção Saúde do trabalhador

BIBLIOGRAFIA BASICA

BRAGA, Léa. CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). O Serviço Social na previdência – trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.
CODO, Wanderley. SAMPAIO, José Jackson. HITOMI, Alberto H. Indivíduo, trabalho e sofrimento – uma abordagem interdisciplinar. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.



BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012, https://saude.es.gov.br/Media/sesa/CEREST/site%20-%20Portaria_1823_12_institui_politica.pdf : acessada em 29 de abril de 2019.

SILVA, A, M, da., MANDALONZO, S, N. (org) Trabalho E Proteção Social. Ponta Grossa: Editora Contexto, 2014.

Revista Serviço Social e Sociedade no.123 São Paulo jul./set. São Paulo: Editora Cortez, 2015. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820150003&lng=pt&nrm=iso

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E REALIDADE BRASILEIRA

EMENTA: Raça/etnia, racismo e capitalismo. Teorias raciais e pensamento social na formação brasileira: do século XIX à contemporaneidade. Estado, raça/etnia e racismo institucional no Brasil. Grupos étnicos. Processos sócio-culturais de construção de identidade étnicas. Etnicidades e questões raciais. Condição de indígenas e negros na sociedade – mercado de trabalho, política, saúde, educação, protagonismo. Movimento Negro, lutas sociais e suas diferentes expressões. Políticas públicas de promoção da igualdade racial e ações afirmativas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação Djamilia Ribeiro).

ALMEIDA, Silvio. Reflexões sobre o Estado racista. Casa do Saber, 2018 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mlzfqrFxbmM&t=235s> >

ALMEIDA, Silvio. Canal um Brasil. Racismo é um mecanismo complexo, que cria vulnerabilidade e poder, por Silvio de Almeida. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PF0r9DniS_E&t=68s

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo. SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Raça como elemento central da política de morte no Brasil: visitando os ensinamentos de Roberto Esposito e Achille Mbembe. in: Direito e Práxis. Rio de Janeiro, vol 10 nº 4, 2019.

BRASIL. Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes/Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, organizadoras. – Brasília: Ipea, 2013.

BRASIL. Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 32 Nº 95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf> >.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). Diálogos Latinoamericanos, número 10. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf> >. Acesso em: 28 de Janeiro de 2019.

DOMINGUES, Petrônio.. Movimento Negro Brasileiro: Alguns apontamentos históricos. Tempo 23. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> >

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. Expressão Popular, 2017

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. in: Caderno de formação política do círculo palmarino. Brasil, nº 1, 2011.



GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. 3a ed. Sao Paulo: Editora 34, 2009.

MEDEIROS, Carlos. Raça e racismo no Brasil. CPFL TV Cultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RFYQ6axQSho> >

MOURA, Clovis. Dialética Radical do Negro Brasileiro. 2014

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado. - 3.ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: apontamentos para uma discussão conceitual. MINCA, [S. I.], mar. 2001. Disponível em: http://movimientos.org/es/dhplural/foro-racismo/show_text.php3%3Fkey%3D371>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2005.

SALES JR, Ronaldo. Democracia Racial: o não dito racista. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/995> >. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2019.

NERIS, Natália da Silva Santos. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos.

RAIMUNDO, Valdeci José. A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 119-138, jan./jun. 2014.

ROCHA, R. da F. A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 99, p.p. 54-56, jul./set. 2009.

Ribeiro, Matilde. Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias 1986 a 2010. 2013. 286 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EMENTA: A construção social da Infância e Adolescência. Os Marcos Regulatórios da Proteção Integral. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 e a Constituição Federal de 1988; O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Doutrina da Proteção Integral. A Política de Atendimento à criança e ao adolescente estabelecida no ECA. Medidas de Proteção e medidas socioeducativas. O Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e as atribuições das instituições dos eixos de promoção, proteção, defesa e controle. Os Conselhos na área da Infância e Adolescência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2º ed. Rio de Janeiro: LTC. 1981.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 113 CONANDA 19 de Abril DE 2006. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DIGIÁCOMO, M. J. DIGIÁCOMO, I. A. O Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017. 7ª Edição Curitiba, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Desktop/2020/neddij/eca_annotado_2017_7ed_fempar.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.



NETO, Vanderlino Nogueira. Por um Sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, Especial/2005. Ano XXVI. N. 83. p. 05-29.

PRIORI. M. D. (org.) A história das crianças no Brasil. Contexto: São Paulo, 2010.

RIZZINI. I. O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Cortez: São Paulo, 2008.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE

EMENTA: Determinantes histórico-sociais do processo saúde-doença. Transformações econômicas, sociais e demográficas no cenário nacional e as repercussões nas condições de vida e saúde da população. Equidade e iniquidades em saúde. Educação em saúde. Estilo de vida e saúde. Enfrentamento das desigualdades sociais em saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 120 ISBN 978-85-7541-391-3.

BUSS P; PELLEGRINI FILHO A. A Saúde e seus Determinantes. PHYSIS, 2007.

CARVALHO, A.I; BUSS, P. M. Determinantes Sociais na Saúde, na Doença e na Intervenção. In: Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. GIOVANELLA L;

SCOREI S; LOBATO LVC; NORONHA JC; CARVALHO, Al. (Orgs.) 2ªEd. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. 1100p.

CARVALHO, A. I; BUSS, P. M. A Saúde e seus Determinantes Sociais. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93 2007.

CARVALHO, A. I. D. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: NORONHA, J. C. D. e PEREIRA, T. R. (Ed.). A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde, v.2, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Relatório final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

Disponível em: <http://www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio.pdf>.

FALKENBERG, Mirian Benites et al . Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, p. 847-852, mar. 2014. Disponível em ;

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000300847&lng=pt&nrm=iso;

acessos em 02 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>.

PELLEGRINI-FILHO, A.; BRANCO, A.; COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

SILVA, LMV; ALMEIDA FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2:s217-s226.

BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 120 ISBN 978-85-7541-391-3.

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: O Estado e as políticas públicas na sociedade capitalista. Políticas Públicas: conceitos e evolução. A legislação e as instituições de políticas públicas de seguridade social no Brasil. Política pública e participação popular. Controle social e Avaliação das Políticas Públicas no Brasil após a CF/1988. Federalismo e responsabilidades que os governos têm quanto às políticas públicas no Brasil.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DI GIOVANNI, Geraldo. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. CADERNO DE PESQUISA Nº 82, Unicamp: NEPP, 2009. Disponível em: <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>
- MACHADO, José Angelo. PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Entre cooperação e centralização. Federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. RBCS Vol. 30 nº 88 junho/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v30n88/0102-6909-rbcso-30-88-0061.pdf>
- OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia A. R. de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n3/a04v8n3>
- SOUZA, Celina. Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas No Brasil Pós-1988. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 105-121, jun. 2005. www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a08n24.pdf
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lang=pt

GESTÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA: Diversidade urbana como expressão da diversidade sociocultural e econômica da sociedade. Espaço e território. Questão urbana brasileira: definição dos espaços de moradia, produção, circulação das pessoas, equipamentos públicos e de bens materiais pela análise da Sociologia urbana. Gestão urbana e políticas públicas. Indicadores de questões demográficas, econômicas, políticas e sociais. Técnicas de levantamento e análise da população, fontes de dados.

- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Paz e Terra: São Paulo, 2000.
- JANNUZZI, P.M. Indicadores Sociais na avaliação e formulação de políticas. Rio de Janeiro, Mimeo, 2004.
- KOGA, D. H. U. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFEBVRE, Henry. O direito a cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (org.) Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC, 1999.

DIREITOS HUMANOS E PROCESSOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS

EMENTA: Estudo sobre o fenômeno migratório contemporâneo e suas implicações na realidade brasileira, latino-americana e global. Debate sobre a mobilidade humana, tendo como parâmetro suas direções, especificidades, interculturalidade e modalidades (imigração, emigração, refúgio, apátridas, trânsito, etc.). Migrações e sua relação com processo de trabalho, mundialização e crise econômica, direitos humanos, catástrofes ambientais. Análise das políticas migratórias regionais e formas de cooperação multilateral e



mobilização dos movimentos de migrantes. Práticas institucionais de acolhimento a migrantes e a refugiados.

Bibliografia:

ASSIS, Gláucia. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migrações transnacionais. Revista de Estudos Feministas, n. 15, v. 3, 2007, pp. 745-771. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a15v15n3.pdf>

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/>

CASTLES, Stephen. "Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social". REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. v. 18, n.35, 2010, pp. 11-43. Disponível em : <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042012002.pdf>

CHAUI, M.; SANTOS, B. de S. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

HEBENBROCK, Mariano. Imigração venezuelana no Brasil: xenofobia e racismo como pano de fundo. Revista Coletiva n, 23. Dossiê migrações recentes e refúgio no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.coletiva.org/artigo-mariano-hebenbrock>

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. SP: USP, 1998

SCHIMANSKI, E. ET ALL. Direitos Humanos, Migrações e Refúgio. Ponta Grossa (PR): Editora UEPG, 2019

VILLARREAL, María. Portas não tão abertas. A política migratória brasileira no contexto latinoamericano. Revista Coletiva n, 23. Dossiê migrações recentes e refúgio no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.coletiva.org/artigo-maria-villareal>

VILLARREAL, María. Regionalismos e migrações internacionais na América do Sul: contexto e perspectivas futuras sobre as experiências da Comunidade Andina, do Mercosul e da Unasul. Revista Espaço Aberto, v. 8, n.2, 2018, pp.131-148. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/20197>

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Ementa: Prática profissional e as demandas decorrentes de situações emergenciais e de calamidade pública como: pandemias, desastres naturais, tragédias e acidentes coletivos. Instrumentais técnico-operativos para intervenção no contexto de situações emergenciais e de calamidade pública. O debate contemporâneo da profissão em relação à garantia dos direitos sociais diante de situações emergenciais e de calamidade pública.

BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

COSTA, Lucia Cortes. A pandemia e a necessidade de solidariedade: como pensar no Brasil? In: CASTRO, Daniel; DAL SENNO, Danilo; POCHMANN, Marcio (orgs). Capitalismo e a Covid-19. São Paulo, 2020.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 261 p. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>

- LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (orgs). Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Morula, Rio de Janeiro, 2020.

- SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Cenário de enfrentamento ao Covid-19: agenda dos direitos humanos e das políticas públicas em perspectiva decolonial . In: CASTRO, Daniel; DAL SENNO, Danilo; POCHMANN, Marcio (orgs). Capitalismo e a Covid-19. São Paulo, 2020.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 16, n. spe,



p. 61-71, 2013 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 23 June 2020.
<https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>.

ENVELHECIMENTO E SOCIEDADE

Ementa: Envelhecimento digno e ativo – desafio do século XXI; envelhecimento como um processo histórico/social e suas múltiplas determinações; Direito – nova institucionalidade, defesa e proteção dos direitos das pessoas idosas brasileiras; Estado e Políticas Públicas - responsabilização do Estado na efetivação dos direitos da população idosa e na garantia de políticas públicas para o envelhecimento ativo; Sociedade e controle social - construção de uma sociedade sem opressão de classe, etnia e gênero com mobilização para a efetivação de políticas públicas, superação da discriminação, do preconceito e da violência.

BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

FALEIROS Vicente. O direito humano ao envelhecimento e o impacto nas políticas públicas – Envelhecimento no Brasil: desafios e compromissos. p. 63. In Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social / Conselho Federal de Psicologia, Brasília, DF, 2008

FREITAS, Elizabete Viana de. [et al.] Tratado de geriatria e gerontologia. 3.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Famílias, cuidados e políticas públicas no brasil contemporâneo. In Acervo revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 195-208, jan./jun. 2017 – p. 195

PAIM, Paulo. Tempos de distopia. Paulo Paim. Brasília, DF: Senado Federal, Gabinete do Senador Paulo Paim, 2019.

Rodrigues, Nara Costa. Gerontologia Social: para leigos. 2.ed., ver. e atual. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

TERRA, Newton Luiz, BÓS, Ângelo J. GASTILHOS, Nara. (orgs.). Temas sobre envelhecimento ativo. Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

SANTOS, Milena da Silva; NASCIMENTO, Michelli Barbosa do. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA: ENTRE O SOCIAL E O ECONÔMICO. Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 163-176, jan./jun. 2020.

8. FLUXOGRAMA

ANEXO 01 – GRADE EM ANEXO NO PROCESSO

9. RECURSOS HUMANOS

SÉRIE	CURRÍCULO VIGENTE		NOVO CURRÍCULO	
	EFETIVOS	COLABORADORES	EFETIVOS	COLABORADORES*
1ª	6	2	6	2
2ª	4	2	4	3
3ª	4	2	4	6
4ª	3	3	3	12

Obs:

- *Calculado com base na necessidade de professores colaboradores de 20 horas semanais. Podendo ser contratado colaboradores de 20 ou 40 horas conforme a conjuntura e sem considerar eventual evasão.



- A carga horária do curso no terceiro ano acresce devido a supervisão de estágio semi-direta seguindo a Política Docente – UEPG é de 0,50 hora por aluno.
- A carga horária do curso no quarto ano acresce devido supervisão de estágio semi-direta seguindo a Política Docente – UEPG é de 0,50 hora por aluno e da Orientação ao TCC com 1 h por aluno. O estudante que reprovar no OTCC terá direito à Orientação de forma coletiva com outros eventuais repetentes e não de forma individual conforme regulamentação do curso.

9.1.1 Classe

EFETIVOS	
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES
Titular	00
Associado	06
Adjunto	06
Assistente	02
Auxiliar	09
TOTAL	21

9.1.2 Titulação

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado	0	0
Especialista	0	0
Mestre	2	6
Doutor	11	3
TOTAL	13	9

9.1.3 Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE)	12
Tempo Integral (40 horas)	00
Tempo Parcial (20 horas)	09
TOTAL	21

9.2 – Corpo docente de outros Departamentos

SÉRIE	Carga horária semanal de docentes do curso	NOVO CURRÍCULO MATUTINO	NOVO CURRÍCULO NOTURNO
1ª	03 (2º semestre)	Departamento de Economia	Departamento de Economia
2ª	06h: 03h – 1º semestre e 03h - 2º semestre)	- Departamento de Direito das Relações sociais Departamento de de Matemática e Estatística	- Departamento de Direito das Relações sociais Departamento de de Matemática e Estatística

Obs: Os 03 Departamentos que terão disciplina no curso de Serviço Social aceitaram disponibilizar professores conforme carta de aceite



RECURSOS MATERIAIS

10.1 Materiais e Equipamentos

Ano	Descrição	Atual	Previsão	Custo estimado
2021	Reposição de máquinas laboratório de Informática com 20 computadores	01	01	10.000,00
2022	Projetor multimídia substituição em sala de aula de equipamentos antigos	02	02	5400,00
2022	Notebook – para reposição de equipamentos antigos	05	03	6000,00
2022	Impressora com scanner considerando aumento de demanda administrativa com informatização dos processos administrativos.	01	02	2000,00

Obs: Este quadro corresponde a uma previsão. Destaca-se que a reposição de materiais e equipamentos de informática e eletrônicos serão solicitados para a UEPG conforme necessidade e disponibilidade orçamentaria, inclusive podendo utilizar recursos próprios do departamento se disponíveis ou projetos e não inviabilizariam o funcionamento do curso matutino e noturno.

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

Ano	Descrição	Serviço Social Matutino	Situação	Serviço Social Noturno	Situação
1º ano de implantação do novo PPC	Sala de aula	02	Disponível	02*	01 disponível – A19 01 pré-disponível
2º ano de implantação do novo PPC	Sala de aula	02	Disponível	02	01 disponível - A19 01 pré-disponível
3º ano de implantação do novo PPC	Sala de aula	02	Disponível	02	01 disponível - A19 01 faltante em negociação
4º ano de implantação do novo PPC	Sala de aula	01	Disponível	01	01 disponível - A19 01 faltante em negociação
Total de salas de aula		05	Disponível	05	01 disponível - A19 02 faltante em negociação

Obs: - O uso das salas é gradual conforme o desenvolvimento do curso durante os quatro anos.

- O curso possui disciplinas que subdividem a turma o que ocasiona a necessidade de maior número de sala. Para esta subdivisão geralmente é utilizada a sala A19, situação esta que prosseguirá tanto para o matutino como para o noturno.

- As 05 salas de aula para o turno matutino já estão disponibilizadas para o curso vigente. O que não acarretaria em maior demanda. Para o turno noturno, já há a possibilidade do uso imediato de duas salas cedidas pelo SECISA, com possibilidade de uso de outras salas conforme realocação de espaços no campus central e que serão negociados com a Reitoria, Secisa e Proplan ao longo dos próximos anos.



Salas de Laboratório e especiais

Sala	Serviço Social Matutino	Serviço social Noturno
Sala para o Laboratório de Serviço Social	Disponível	Disponível
Salas/espços para supervisão de estágio e orientação de pesquisas	02 faltantes	02 faltantes
Sala reservada para chefia do Departamento e Colegiado	Disponível	Disponível
Sala para permanência dos docentes	01	01
Salas de programas e projetos de extensão	03	03

Obs: - As salas de orientação seriam destinadas para momentos individualizados ou grupais para supervisão de estágio, orientação de TCC, orientação de PIBIC e outras atividades. No curso vigente vem sendo utilizado para atender essa demanda além de salas de aula em momentos que não estão sendo utilizadas, o laboratório de informática, espaço de convivência no térreo do Bloco A, salas de núcleos e de programas e projetos de extensão e inclusive a biblioteca quando disponíveis. Este arranjo espacial seria para não inviabilizar o início das atividades do curso matutino e noturno, porém na sequência se buscará formas de melhorar a organização do espaço para ter condições adequadas ao ensino-aprendizagem. Quanto as salas de projetos e programas de extensão há a disponibilidade de 03 espaços no Campus Central com estrutura para funcionamento dos Programas de Extensão IESol; Programa NEPIA e Projeto Internig, espaços usados também para supervisão e orientação, e que serão espaços para os estudantes desenvolverem as atividades de curricularização da extensão.

10.3 Biblioteca

A nova grade curricular será por semestre e está constituída por 53 disciplinas, destas 30 apesar de semestralizadas terão uma continuidade no ano. Portanto se cada uma solicitar dois títulos, multiplicando por 5 exemplares a um custo médio de R\$ 60,00 cada título teríamos um custo estimado de R\$ 18.000,00 em quatro anos de curso para atualização e reposição do acervo da biblioteca. Este recurso não inviabiliza o início de novo turno, mas qualifica o acervo da biblioteca com obras importantes e fundamentais para o bom andamento do curso. A presença destas obras na biblioteca são itens considerados em avaliações do curso.

ACESSIBILIDADE

O curso é ofertado no Bloco A onde todos os andares possuem acesso por elevador. Há rampas nos corredores para pequenos degraus e banheiros adaptados. A partir da existência de demandas específicas busca-se junto a administração da Universidade, através da PRAE soluções para viabilizar condições e/ou equipamentos necessários. Há também a possibilidade de bolsas de tutoria para estudantes acompanharem outros estudantes que necessitem.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Enfatizamos que os processos de seleção como vestibular, PSS ou outra categoria, bem como no momento da matrícula, os estudantes devem ter acesso a seguinte informação: Atividades obrigatórias de estágio curricular supervisionado; extensão universitária curricular, atividades de disciplinas flexibilizadas, supervisões e orientações podem ser realizadas em horário diverso ao turno de oferta do curso.

A presente proposta de projeto de curso é semestralizada com exceção de OTCC e Supervisão de Estágio Curricular, avançando as discussões sobre a semestralização na UEPG em discussão nos conselhos superiores, será feita a adaptação dessas duas disciplinas conforme aprovado em futura regulamentação.



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2021.24

FL. 70 DE 71

Em havendo aprovação em tempo hábil, pretende-se abertura de processo seletivo (regular ou especial) para início no turno matutino e noturno desta proposta para o ano letivo de 2022. Considerando que já estão encaminhadas as condições mínimas para funcionamento do curso, sendo em relação a salas de aulas para os anos iniciais.

ANEXOS

Apresentar em anexo:

Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular.

Extrato de Ata de cada Departamento aprovando a oferta de disciplina(s).

Tabela de equivalência de todas as disciplinas do currículo atual para o novo, com código e carga horária. No caso de cursos que são ofertados como Licenciatura e Bacharelado, ou Presencial e EaD, apresentar tabela de Equivalência entre eles.

Extrato da Ata do Colegiado de Curso aprovando o novo Projeto.

Ponta Grossa, 20 de setembro de 2021

Prof.^a. Dr.^a Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Coordenadora do Curso de Serviço Social



CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

1º Ano	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	Questão Social e Serviço Social I	Oficina de Iniciação Científica e Formação Profissional do Serviço Social	Estado e Serviço Social I	Fundamentos Sócio-filosóficos do Serviço Social I	Antropologia e Serviço social I	Fundamentos Psicológicos do Serviço Social I		
	714	20 23	51 3	51 3	34 2	51 3	51 3	51 3	
	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	Questão Social e Serviço Social II	Processo de Trabalho e Serviço Social I	Estado e Serviço Social II	Fundamentos Sócio-filosóficos do Serviço Social II	Antropologia e Serviço social II	Fundamentos Psicológicos do Serviço Social II	Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro	Disciplina de Diversificação
	51 3	34 2	51 3	34 2	34 2	34 2	34 2	51 3	51 3
2º Ano	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	Política Social I	Processo de Trabalho e Serviço Social II	Planejamento e Gestão I	Ética Profissional no Serviço Social I	Direito e Legislação Social			
	816	19 23	51 3	68 4	51 3	51 3	51 3		
	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	Política Social II	Processo de Trabalho e Serviço Social III	Planejamento e Gestão II	Ética Profissional no Serviço Social II	Projetos e praticas sociais I	Estatística Básica	Disciplina de Diversificação	
	51 3	51 3	34 2	51 3	34 2	68 4	51 3	51 3	
3º ano	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social V	Política Social III	Pesquisa em Serviço Social I	Sociedade Civil e Serviço Social I	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Projetos e praticas sociais II			
	816	23 28	51 3	51 3	68 4	51 3	204 6 6	68 4	
	Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social VI	Política social IV	Pesquisa em Serviço Social II	Sociedade Civil e Serviço Social II	Relações de Gênero e Sexualidade	Projetos e praticas sociais III		Disciplina de Diversificação	
	51 3	51 3	68 4	34 2	51 3	68 4	51 3		
4º ano 1º sem	Avaliação de Políticas Públicas	Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	Serviço Social e Enfrentamento as Violências	Serviço Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Projetos e praticas sociais IV			
	663	20 19	51 3	34 1	51 3	51 3	204 6 6	68 4	
	Serviço social e tendencias histórico-teóricas contemporâneas	Serviço Social na atuação Sócio-jurídica	Projetos e praticas sociais V	Disciplina de Diversificação					
	51 3	51 3	51 3	51 3					
Disciplinas Formação Básica	Disciplinas Form. Espec. Profissional	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento	Atividades Complementares	Estágio Curricular	ATIVIDADES DE EXTENSÃO*	TOTAL			
578	1445	204	200	408	323	3158			

* Série		Nome da Disciplina		COD - Código da disciplina	
CHA	CHS-1-S	CHA - Carga horária Anual da série		CH	Carga horária da disciplina
	CHS-1-S	CHS-1-S - Carga horária semanal no 1º semestre		CHS-1-S	CHS-1-S - Carga horária semanal da disciplina no 1º sem.
	CHS-2-S	CHS-2-S - Carga horária semanal no 2º semestre	COD.	CHS-2-S	CHS-2-S - Carga horária semanal da disciplina no 2º sem.
	CHS-2-S		CH	CHS-2-S	